

Volume 3 - n°2
EDIÇÃO ESPECIAL
Prêmio Ignacy Sachs



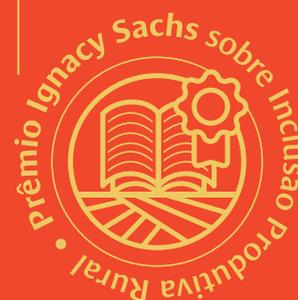
CADERNOS CEBRAP SUSTENTABILIDADE

WORKING PAPERS

UM MODELO DE DESENVOLVIMENTO CAMPONÊS: O CASO DA ASA

THOR SAAD RIBEIRO

Trabalho premiado
na categoria: melhor
dissertação de mestrado
- 1º Edição -



Realização:



Fundação Tide Setubal





CEBRAP

O Centro Brasileiro de Análise e Planejamento - CEBRAP - foi criado em 1969 para ser um espaço de produção de conhecimento crítico e independente no Brasil. O foco da instituição é a análise da realidade brasileira, com um estilo de trabalho que enfatiza a comparação e combina a especialização e a interdisciplinaridade, em diálogo constante entre as diferentes perspectivas teóricas e metodológicas das áreas de origem de seus pesquisadores: sociologia, política, demografia, direito, filosofia, história, antropologia, economia e geografia.

Presidente

Marcos Nobre

Diretor Científico

Raphael Neves

Diretora Administrativa

Graziela Castello



CEBRAP SUSTENTABILIDADE

ISSN 2764-1937

O Cebrap Sustentabilidade - Núcleo de Pesquisa e Análises sobre Meio ambiente, Desenvolvimento e Sustentabilidade,

dedica-se à produção de conhecimentos voltados a favorecer formas inovadoras de tratamento do tema ambiental e que estejam sintonizadas com os principais avanços realizados pela comunidade científica nacional e internacional.

Os estudos, eventos e publicações produzidos pelo núcleo se apoiam em rigor científico e excelência e pela busca em qualificar o debate público no Brasil, tendo como parceiros uma pluralidade de atores favoráveis a uma transição sustentável e inclusiva. Cinco temas concentram as pesquisas do Cebrap Sustentabilidade: Mudanças climáticas; Governança ambiental policêntrica; Biodiversidade, água, alimentos e energia; Cidades e regiões na transição para a sustentabilidade; Epistemologia da sustentabilidade.

Coordenador

Arilson Favareto

<https://cebrapsustentabilidade.org>

E-mail: sustentabilidade@cebrap.org.br

Cadernos Cebrap Sustentabilidade – Textos para Discussão - Working Papers

Publicação seriada que divulga resultados de estudos e pesquisas em desenvolvimento pelo Cebrap Sustentabilidade com o objetivo de fomentar o debate e oferecer subsídios à comunidade científica e aos tomadores de decisão públicos e privados atuando em temas ambientais e suas interfaces com a agenda econômica e política do país.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Cebrap.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional

Um modelo de desenvolvimento camponês: o caso da ASA*

Thor Saad Ribeiro**

RESUMO: Esta pesquisa tem como objetivo analisar o caso da emergência do programa de desenvolvimento conhecido como Convivência com o Semiárido, elaborado no contexto do Semiárido brasileiro. Para tanto, foi realizado um levantamento teórico sobre a literatura das correntes contra-hegemônicas do desenvolvimentismo e das transformações agrárias no Sul Global. No plano empírico, a pesquisa se dedicou a uma análise de discurso da Articulação do Semiárido - ASA, principal proponente da Convivência. A reconstituição analítica do discurso da Convivência se deu a partir de uma pesquisa documental de publicações e materiais audiovisuais da ASA, bem como de entrevistas com dirigentes da ASA e de suas organizações participantes, bem como de gestores do Governo Federal envolvidos nos programas de cisternas. Com isto, foram identificados alguns tópicos centrais nos quais a Convivência com o Semiárido elabora críticas ao desenvolvimentismo hegemônico e do agronegócio corporativo: a concepção limitada da natureza enquanto recurso econômico e a incapacidade de lidar com a crise ambiental, o monopólio da ciência e a desqualificação dos conhecimentos vernaculares, a recusa de processos democráticos e inclusivos. Em contrapartida, a Convivência articula um discurso de desenvolvimento baseado na agroecologia e na economia camponesa.

PALAVRAS-CHAVE: desenvolvimento rural; movimentos sociais; camponeses; sustentabilidade

ABSTRACT: *This research aims to analyze a development project, known as Convivência com o Semiárido (“living with semi-aridity”). This analysis proceeded first by reviewing the literature on counter-hegemonic currents on development and agrarian transformations in the Global South. Afterwards, it proceeded through a analysis of the discourse of the organization Articulação do Semiárido - ASA, the major proponent of the Convivência project. The analytical reconstitution of the discourse involved a research of the documents, publications, videos and photos by ASA, and also interviews with ASA’s leaders and their interlocutors in the Federal Government of Brazil. The discourse analysis allowed for the identification of some topics in which the Convivência discourse centered its critique of hegemonic developmentalism and corporatist agribusiness: their conception of nature as an economic resource and incapacity to deal with environmental crises, the monopoly of mainstream science and disregard for vernacular and traditional forms of knowledge, their refusal to accept democratic and inclusive processes, and the effacement of the role of civil society. The Convivência discourse offers an alternative project, based on agroecology and a peasant economy, that points to a alternative modernization of agrifood systems and rural territories.*

KEYWORDS: rural development; social movements; peasants; sustainability

* Este artigo é uma adaptação da dissertação de mestrado intitulada: “Convivência com o semiárido a construção de um desenvolvimento camponês”. A dissertação completa pode ser acessada no seguinte endereço: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-29092022-182557/pt-br.php>

**Mestre em Sociologia (USP). Analista de Políticas Públicas na Prefeitura de São Paulo. Email: thors.ribeiro@gmail.com

Introdução

Um observador dos movimentos sociais do campo contemporâneos vai inevitavelmente se deparar com a defesa explícita da agricultura camponesa. De forma similar, um acadêmico que estude sociologia rural ou ambiental vai encontrar uma literatura que defende a superioridade da forma camponesa de produção para o desenvolvimento social e econômico dos territórios e populações rurais no Sul Global. De início, essas constatações parecem paradoxais, e mesmo espantosas. Como pode a figura do camponês, associada semanticamente ao feudalismo, à autarquia, ao isolamento e à pobreza, tornar-se uma palavra de ordem, e mesmo um modelo de desenvolvimento no século XXI?

Esta pesquisa busca lidar com esse enigma. Inicialmente, seu objeto era uma singela política pública, a construção de cisternas de captação de água pela Associação do Semiárido - ASA. Destinada a prover água de consumo humano durante as estiagens periódicas, a cisterna se tornou parte da paisagem do semiárido brasileiro. Ela é notável pela sua simplicidade (um tanque de alvenaria e a calha de um telhado) e baixo custo. No entanto, sua disseminação levou água a milhões de pessoas, constituindo-se em uma impressionante iniciativa de provisão de saneamento rural.

Entretanto, com o início da pesquisa, ficou claro que esse objeto só poderia ser compreendido dentro de contexto mais geral, da Convivência com o Semiárido. Este é o nome dado a um modelo de desenvolvimento econômico e social para a região, defendido pela ASA. Para além do acesso à água, trata-se de uma concepção de como lidar com o clima, com os ecossistemas, de como estruturar a produção e comercialização agropecuária, e também de como gerar as bases políticas que permitam essa forma mais sustentável e democrática de desenvolvimento. E, para seus proponentes, é um modelo que defende a agricultura camponesa.

Em um plano mais geral, a Convivência com o Semiárido é uma dentre várias bandeiras que têm emergido no Sul Global, de movimentos que se descrevem camponeses. Há o Movimento Sem Terra (MST) e La Via Campesina na América Latina, *Zero Budget Natural Farming* (ZBNF) na Índia, *Coordination Nationale des Organisations Paysannes du Mali* (CNOP) no Mali, entre muitos outros. São movimentos que mantêm a busca por reforma agrária, principal bandeira da pequena agricultura no Sul Global no Pós-Guerra, mas agregam outras pautas como a sustentabilidade ambiental, a agroecologia, e a disputa por autonomia contra as corporações envolvidas nas cadeias de valor agrícolas.

Este artigo busca entender as transformações que levaram a essa curiosa mudança da forma camponesa em bandeira e modelo desses movimentos e seus teóricos. Para tanto, é necessário inicialmente elucidar a trajetória, desde o Pós-Guerra, pela qual passaram as populações rurais do Sul Global e as agroeconomias que elas criam com seu trabalho, trajetórias essas que constituem a chamada questão agrária. Esta será a exposição das seções I e II. Na sequência, realizaremos uma análise do discurso e das práticas da ASA, que mostra um caso particular de movimento camponês. A análise do ASA permite também ir além, e explicitar as tensões, contradições, limites e horizontes no qual se situa o modelo camponês atualmente. Esta será a análise da seção III. Finalmente, a conclusão sumariza os tópicos abordados e aponta novas direções para pesquisas dos movimentos camponeses.

I - Transformações Agrárias no Sul Global

Os territórios rurais do Sul Global vêm passando por intensas transformações. De forma geral, essas mudanças decorrem de uma penetração capitalista cada vez maior nos sistemas agroalimentares, e nas suas bases econômicas, como o mercado de terras, de insumos e de trabalho. Essa penetração, por sua vez, resulta em uma polarização entre um sistema agroalimentar de base corporativa e altamente internacionalizado, e de um setor baseado na pequena produção familiar (AKRAM-LODHI, KAY, 2010b; MCMICHAEL, 2015). Esta seção é dedicada ao tema destas transformações, delineando brevemente a trajetória do debate sobre a questão agrária, as transformações do Pós-Guerra, o estado atual de crise no campo.

Para Akram-Lodhi e Kay (2010a), a questão agrária é ainda relevante hoje em dia, e constitui um bom ponto de partida para elaborar teoricamente o debate acerca dessas transformações. Em sua forma clássica, a questão agrária remonta à Marx e à tradição marxista, e se preocupa principalmente com a emergência do capitalismo a partir de formas não capitalistas no campo, e as consequências para a diferenciação social do setor camponês. Em linhas gerais, essa tradição elaborou trajetórias possíveis para a incorporação do campesinato ao modo de produção capitalista, como a proletarianização pela despossessão, ou a chamada acumulação primitiva; a polarização pela competição entre um subsetor capitalista e um tradicional, entre outras. Além disso, a tradição marxista trabalhou a questão dos excedentes agrários e sua apropriação, um tema que se mostraria absolutamente central nos projetos desenvolvimentistas posteriores, tanto socialistas como capitalistas (PATNAIK, 2011; AKRAM-LODHI; KAY, 2010a).

As transformações agrárias no Pós-Guerra, ou seja, no período keynesiano e desenvolvimentista, modificaram esses debates. A penetração do capital e da sofisticação técnica no campo se processou então de forma mais direcionada, e articulada a projetos de industrialização e urbanização, primeiro no Norte e depois no Sul Global. Esse processo constituiu em um processo deliberado de engenharia social, política e territorial, orientado para a industrialização da agricultura e o fim do campesinato:

“[...] modernization as an intellectual project played a strategic role: it tried to specify the changes that were thought to be necessary. It sought to make sense of the ongoing and often chaotic post WW2 transitions. And, finally, the modernization project elaborated guidelines to consolidate, accelerate and legitimize these changes. [...] The intellectual project that I examine here was, in short, about de-peasantization: a process that was perceived as a part of the natural order of ‘progress’ and which was actively encouraged from the 1960s onwards.” (PLOEG, 2017. p. 1. Grifo nosso)

O camponês é a figura que o desenvolvimento hegemônico marcou como sinal máximo do atraso, e cuja superação seria um imperativo da modernização. A eliminação do camponês é o corolário do redesenho dos sistemas agroalimentares do Pós-Guerra. Teóricos da modernização elaboraram dicotomias simples que repetem o tema do desenvolvido e subdesenvolvido: camponeses e empreendedores, tradicionalismo e agricultura moderna, propriedades pequenas ineficientes e propriedades grandes eficientes. Essa modernização pretendeu alterar alguns dos padrões recorrentes da economia camponesa. Em relação à terra, sua ideia foi superar as condições dadas pelo solo, e “produzir” uma nova terra, por meio de fertilizantes e aditivos artificiais

comprados. Já em relação aos coeficientes técnicos, a produção deveria tornar-se mais intensiva em capital, o que por sua vez exige uma nova relação de dependência entre o produtor e o sistema financeiro pela via do crédito. Por fim, esperava-se uma nova mentalidade dos produtores, com a emergência de um cálculo empresarial de maximização de lucro e a supressão daquilo que se convencionou chamar a “economia moral do camponês”, a rede de trocas e obrigações mútuas que ocorre fora do mercado (SABOURIN, 2009).

Esse processo avançou de forma mais completa no Primeiro Mundo e no Leste Asiático, onde o Estado keynesiano do Pós-Guerra percebia o encaminhamento da modernização agrária como central para o desenvolvimento industrial. Curiosamente, essa ação teve como premissa não a superação da forma familiar da empresa produtiva, mas seu reforço, embora essa família tenha precisado se tornar cada vez mais empresa competitiva. Como afirma Favareto (2017, p. 4):

“[a] configuração da moderna agricultura capitalista se apoiou numa forma social de trabalho e empresa específica que é a empresa familiar, contrariando assim duas tradições científicas e políticas muito fortes: a que sempre preconizou que o desenvolvimento generalizaria as unidades produtivas baseadas no uso exclusivo ou predominante de mão-de-obra assalariada, e que tem na obra clássica de Kautsky, *A Questão Agrária*, a principal referência; e também a que, inversamente, via a agricultura camponesa como modelo, tal como preconizado nas vertentes inspiradas em Alexander Chayanov.”

Neste trecho, Favareto se refere às obras seminais de Veiga (2013) e Abramovay (1991), que mostram que a agricultura é um setor *sui generis*, no qual a forma de empresa familiar é retomada com frequência por possuir uma afinidade com as particularidades microeconômicas do setor. Dois elementos marcam a peculiaridade da produção agrícola: a forma das cadeias de valor, compostas por consumidores e produtores em grande número e atomizados, e setores intermediários mais concentrados; e a impossibilidade de industrialização completa do setor: “a agricultura é uma atividade por definição avessa à industrialização” (ABRAMOVAY, 1991. p. 214), uma vez que está assentada em uma base natural localizada e não reproduzível.

Essas condições fizeram emergir no Norte Global uma governança particular do setor, extremamente intervencionista. Seu objetivo era garantir a produção crescente de produtos agrícolas a partir da incorporação de progresso técnico, com base em subsídios, preços administrados e regulação fundiária. Entretanto, a base de todo esse sistema era a empresa familiar. Dessa forma, essas transformações se articulavam ao projeto fordista e keynesiano de meados do Século XX, garantindo alimentos e insumos baratos para a cidade e gerando relativa estabilidade no setor agrícola. Para Veiga e Abramovay, esse modelo demanda reforma agrária, governança fundiária e políticas públicas de fortalecimento do agricultor familiar para que a dinâmica de *treadmill*¹ possa entregar os benefícios sociais prometidos.

¹ O termo *treadmill*, ou esteira, se refere à imagem evocada por Cochrane (1958) para descrever o processo incessante de aumento do nível técnico e competição no setor agrícola, cujo ganho de valor é entregue aos consumidores dada a atomização dos produtores familiares e sua disposição a trabalhar por uma taxa de retorno menor que a prevalente na economia geral.

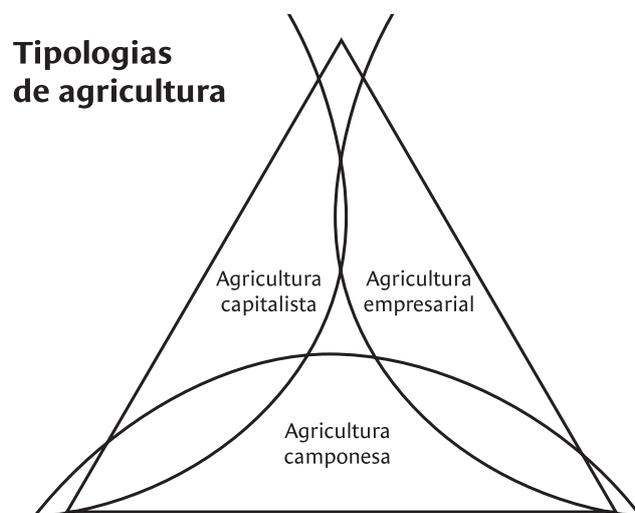
Entretanto, autores como Kay (2006) e Ploeg (2006) elaboram um esquema mais nuançado do que a simples oposição entre agricultura familiar e agricultura capitalista. Para eles, o principal fator explicativo da diferenciação no campo é a penetração da mercadorização na produção. Essa pode ser pensada como um contínuo, ou gradiente, conforme o Quadro 1. Isso permite elaborar uma tipologia mais complexa de formas de produção: i) a Produção Doméstica, do agricultor autárquico, sem relações com o mercado, ii) a Pequena Produção Mercantil, do agricultor que comercializa somente a produção, iii) a Produção Familiar Simples, que possui uma relação mercadorizada com os diversos fornecedores de insumos, crédito e maquinário e, iv) a Produção Capitalista, que chega também a mercadorizar as relações de trabalho. Para Ploeg, essas formas encontram-se atualmente sobrepostas nos territórios, uma vez que estes são palco de processos de fluxos e contrafluxos de penetração da mercadorização, conforme mostra o Quadro 1 abaixo.

Quadro 1 - Formas de produção agrícola e mercadorização

	FORMA DE PRODUÇÃO DA MERCADORIA			
	Doméstica (PD)	Pequena (PPM)	Simples (PFM)	Capitalista (PC)
Resultado da Produção	-	+	+	+
Outros Recursos	-	-	+	+
Força de Trabalho	-	-	-	+
Objetivos	Auto-abastecimento	Sobrevivência	Renda	Mais-valia

Fonte: adaptado de Ploeg (2006)

Figura 1 - Tipologias de agricultura

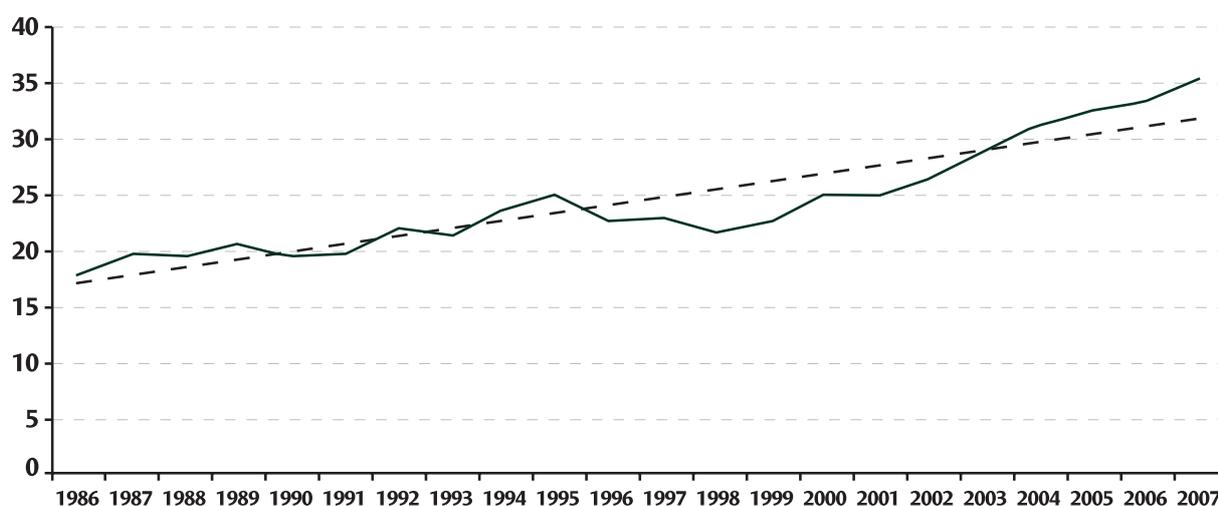


Fonte: adaptado de Ploeg (2006)

Kay e Akram-Lodhi (2011) defendem, a partir dessa noção de penetração da mercantilização, que a questão agrária continua pertinente. No Século XXI, com o aprofundamento do neoliberalismo, há atualmente uma tendência no Sul Global de reestruturação do setor e uma polarização em duas formas estilizadas: o subsetor capitalista orientado para a exportação (inclusive aí o segmento familiar que opera de forma estritamente empresarial) e o subsetor camponês orientado para a pequena produção mercantil. O subsetor capitalista tende a ser intensivo em capital, e participar da produção enquanto um elo com longos encadeamentos a jusante e a montante, incluídas aí as ligações internacionais no plano financeiro, do mercado de terras, dos insumos e da comercialização da produção. Já o subsetor camponês incorpora de forma diferenciada os imperativos de mercado, especialmente no que concerne a dependência de insumos e da compra e venda de terras e trabalho. Entretanto, como ressaltam os autores e também Ploeg (2006), esses fatos estilizados são de utilidade analítica somente. Na prática, é possível observar situações de justaposição, ou mesmo de transição entre as duas formas, como é o caso do fenômeno da proletarianização de pequenos produtores, ou no sentido inverso, da transição agroecológica.

Essa segmentação tem como pano de fundo a criação do Regime Corporativo Alimentar (MCMICHAEL, 2009; ALTIERI, ROSSET, 2017), que tem como base concreta os acordos internacionais de finanças e comércio, a oligopolização das cadeias de valor, e um crescente mercado internacional flexível de fatores de produção, em especial terras e trabalho oriundos do Sul Global. A liberalização dos mercados agrícolas nacionais se realiza em paralelo ao ocaso dos instrumentos de gestão pública de mercados típicos da era keynesiana, como garantias de preços, estoques reguladores e gestão fundiária. A liberalização é perceptível também no crescimento dos fluxos internacionais de produtos agrícolas e sua financeirização. Estas transformações ocorreram com o recrudescimento dos programas de ajuste fiscal, que renovaram as vocações de produtores primários aos países da periferia, e também na esteira da construção do regime internacional de comércio agrícola pela Organização Internacional do Comércio - OMC, a partir de 1995 (PATNAIK, 2011). Como mostra a Figura 2, a proporção exportada da produção agrícola dos países do Sul Global mais que dobrou entre 1986 e 2007.

Figura 2 - Razão de exportações agrícolas sobre a produção agrícola total mundial.



Fonte: Banco Mundial (2009), apud KAY e AKRAM-LODHI (2011)

Em relação ao poder de mercado nos setores agroalimentares, há uma forte tendência de concentração empresarial. De certa forma, a concentração sempre esteve presente, uma vez que se trata de um setor estruturado pela atomização de produtores e consumidores, que são muitos e têm pouco poder de mercado, mas cujos intermediários, no entanto, são mais reduzidos (conforme visualização na Figura 3). Esse quadro microeconômico era a justificativa das medidas de intervenção estatal que emergiram no Pós-Guerra, como a administração de preços e mercados, que visam amenizar a desproteção dos produtores e suavizar os ciclos de produção. Entretanto, um componente central, as políticas de antitruste e controle da concorrência, foi significativamente enfraquecido com o advento do neoliberalismo, resultando na criação de alguns poucos players globais em setores como agrotóxicos, grãos, proteína animal e supermercados, que Ploeg (2007) denominou de Impérios Agroalimentares. Estima-se que 25% do valor gerado no setor agrícola mercantil é capturado pelas dez maiores redes de supermercados do mundo. A Figura 4 mostra como o valor de algumas commodities agrícolas diminuiu ao mesmo tempo em que suas versões processadas aumentaram significativamente de preço, demonstrando que os intermediários detêm um poder de mercado significativo e que tanto agricultores como consumidores têm capturado menos valor dessa cadeia ao longo do tempo em alguns dos principais produtos.

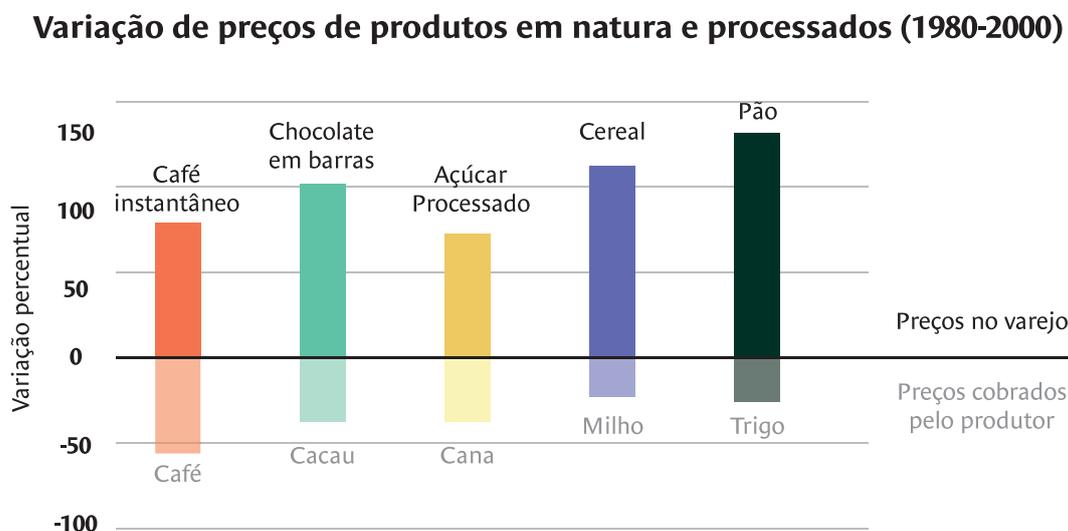
Figura 3 - Concentração de mercado nos sistemas agroalimentares.

Concentração de mercado nos sistemas agroalimentares.



Fonte: Adaptada de IAASTD (2009a)

Figura 4 - Variação de preço de produtos in natura e processados no varejo entre 1980 e 2000



Fonte: IAASTD (2009a)

Há uma percepção geral de crise desse regime. Essa percepção se consolidou a partir do episódio de disparada de preços de diversas *commodities* agrícolas em 2007. A crise se manifesta em diferentes áreas, como a volatilidade de preços e escassez de alimentos, crises de saúde pública, a compressão de renda de produtores, o empobrecimento de dietas, e a degradação ambiental. A partir desse diagnóstico, foi elaborada uma crítica não só dos contornos da governança de forma corporativa e dos regimes internacionais, mas também da pertinência da própria forma industrial da agricultura capitalista.

Os números são eloquentes. Um relatório amplo das Nações Unidas, *International Assessment of Agricultural Knowledge, Science and Technology for Development - IAASTD* (2009), expõe a escala da crise. No mundo, cerca de 800 milhões de pessoas estão em situação de insegurança alimentar severa, 70% dos quais em áreas rurais. Ao mesmo tempo, 2 bilhões de pessoas estão acima do peso ideal, com quase 700 milhões de obesos. Ambas as situações representam uma falha nos sistemas agroalimentares, e refletem a insuficiência de oferta de alimentos de qualidade e diversidade. Elas estão conectadas também pelo fenômeno da carnificação. O crescimento na produção de grãos tem sido cada vez mais direcionado para a alimentação de animais, que leva os consumidores do Norte Global a um consumo excessivo de proteína animal, ao mesmo tempo em que mantém a escassez de calorias para certas populações da periferia global, uma vez que a carne é uma maneira muito mais ineficiente de produzir calorias que os produtos vegetais. A estas crises sanitárias, soma-se o surgimento de epidemias de origem zoonótica, que têm na criação confinada e concentrada de animais, frequentemente resistentes a antibióticos pela super-aplicação, seu principal foco de aparecimento (DAVIS, 2001).

Em paralelo, os mercados internacionais de alimentos foram profundamente financeirizados. A disseminação de um amplo mercado de veículos financeiros complexos, como futuros e opções sobre as *commodities* agrícolas, foi particularmente notável no

período que antecedeu a elevação de preços de 2007, e aumentou a volatilidade de seus preços (IIASTD, 2009a) Além disso, acentuou-se o controle da estrutura da produção pelas estruturas financeiras:

What is new, though, is the role played by a number of financial institutions and instruments that have the capacity to re-organise various stages of the agri-food supply chain, and to alter the terms and conditions under which other actors in the chain can operate. In the case of the private equity company, for example, we see a fraction of capital which views the agri-food company – whether it is a third-party auditor, an input supplier, a farm operator, a food manufacturer or a retailer – as a bundle of resources which provide opportunities for a quick profit, which may or may not involve a restructuring, but which will eventually return the enterprise to the share market and then move on to another bundle of resources. (BURCH, LAWRENCE, 2009. apud MCMICHAEL, 2015. Grifo nosso).

A dimensão ambiental da crise também é significativa, e se desdobra em questões relacionadas ao uso excessivo de água; ao desgaste, erosão e desertificação do solo; à poluição e superfertilização; ao desmatamento e destruição de habitats e biodiversidade; à contribuição ao aquecimento global, entre outras (IIASTD, 2009a).

Nesse tema, ficam claras as consequências da industrialização da agricultura e de sua submissão a uma lógica de maximização de lucros. Para Ploeg (2016), as economias agroalimentares devem ser concebidas como um encadeamento entre a natureza e a sociedade. Até muito recentemente, essa conexão era inescapável, o que fez com que essas economias fossem localizadas, contextualizadas e tivessem de repor seus fatores de produção (nutrientes, energia, trabalho, pessoas) ao mesmo tempo em que retiram do meio. A industrialização da agricultura representou a transição para um sistema aberto, onde longas cadeias transportam esses elementos por longas distâncias, e em que, principalmente, a terra tornou-se fungível, podendo ser esgotada e substituída. Esse tipo de lógica é interessante para o ator privado, entretanto, gera para a coletividade danos irreparáveis na forma de externalidades:

“Although it is rarely made explicit, the theories about the evolution of the food system view it as a disruptive process - a chain of disruptions. Existing practices and their materializations need to be continually replaced, and this process require the introduction of ever-more artificial growth factors, technologies, energy, and re-fabricated food products” (PLOEG, 2016. p. 5).

Outra forma de conceber o processo de esgotamento natural é pela leitura marxista da ecologia política. Para Moore (2015), o processo de extração do excedente no capitalismo depende não somente da mais-valia do trabalho, mas de quatro insumos básicos, que devem ser mantidos baratos para viabilizar o sistema: força de trabalho, comida, energia e matérias primas (“*the four cheaps*”). Dado que as fontes desses recursos são finitas, o uso perdulário dessa forma de produção implica em uma contradição cada vez mais próxima: o esgotamento dos recursos e da produção baseada na sua abundância. Esse fenômeno se manifesta na queda da taxa de crescimento da oferta da produção agrícola, e nos retornos decrescentes para as estratégias de industrialização:

“[...] the ‘technological treadmill’ of the corporate food regime leads to increasing pesticide use, generating mounting costs for farmers and further environmental degradation. This in turn requires additional doses of nutrient application to keep squeezing productivity out of the soil” (AKRAM-LODHI, 2021. p. 696).

A crise em seus múltiplos aspectos, junto com a percepção de esgotamento da industrialização da agricultura gerou uma reavaliação dos benefícios e custos da modernização da segunda metade do século XX, e a busca por um novo modelo. Ironicamente, foi justamente a unidade familiar de pequena escala - o pequeno produtor mercantil - que se mostrou vocacionado a lidar com muitos dos impasses:

“Small scale diversified farming is responsible for the lion's share of agriculture globally. While productivity increases may be achieved faster in high input, large scale, specialized farming systems, greatest scope for improving livelihood and equity exist in small-scale, diversified production systems in developing countries. This small-scale farming is highly dynamic, and has been responding readily to changes in natural and socioeconomic circumstances through shifts in production portfolio, and specifically to increased demand by increasing aggregate farm output.” (IAASTD, 2009a, p. 379).

Esse diagnóstico contradiz frontalmente a previsão modernizadora de que a figura do camponês seria extinta². Pelo contrário, ainda há no planeta 1,5 bilhão de pequenos produtores, dispersos em 350 milhões de pequenos estabelecimentos, que produzem de 70% a 80% dos alimentos. Essa nova ênfase que se dá à produção familiar de pequena escala e seletivamente mercantilizada rompe em definitivo com as bases originais da modernização agrária. Embaralham-se os pares dicotômicos, inclusive porque se constata que em muitos casos esse tipo de produção se mostrou mais resiliente e eficiente que a agricultura familiar empresarial, altamente intensiva em crédito, capital e insumos adquiridos, mas pouco autônoma e sujeita às vicissitudes de um mercado oligopolizado (PETERSEN; SILVEIRA, 2017).

Nesse contexto, a figura do camponês é retomada como algo positivo. Primeiro na fala de movimentos sociais, em especial La Via Campesina, mas também, no Brasil, no Movimento dos Trabalhadores sem Terra, no movimento agroecológico, entre outros (PLOEG, 2006). Entretanto, não se trata somente de uma palavra de ordem de movimentos. Autores como Ploeg, Akram-Lodhi e Petersen descrevem, em uma análise materialista, a produção camponesa como uma forma específica, com uma lógica própria. Trata-se essencialmente de uma forma que pretende acima de tudo manter o relativo grau de autonomia que a propriedade da terra lhe confere frente ao mercado. Desta forma, a produção para autoconsumo, a independência em relação aos fornecedores, a base natural, multifuncionalidade - e a resiliência que estas garantem - deixam de ser percebidas como marcas do subdesenvolvimento e passam a ser percebidas como potencialidades.

As características desse tipo de produção respondem a diversos aspectos da crise. A produção camponesa enfatiza os coeficientes técnicos do trabalho e do

² O vaticínio do fim do camponês é recorrente, e aparece em autores diversos como Kautsky (2021), Mendras (1970) e Hobsbawm (1994).

conhecimento³. Com isso, a produção responde a incentivos bem diferentes que a produção mais mercantilizada. Os empregos gerados são bem mais numerosos, e possuem unidade no trabalho mental e manual, sendo também mais interessantes. A produção, por sua vez, tende não a maximizar o lucro, como na empresa capitalista, mas se concentra em maximizar o valor bruto produzido, aumentando assim a produção total (PLOEG, 2006).

A relação que a produção camponesa mantém com a terra e o meio ambiente é também distinta. A autonomia depende de uma base de recursos autogerida, na forma de animais de rebanho, infraestrutura de água e silagem, um estoque variado de culturas e biodiversidade, etc. Isso, por sua vez, exige um alto nível de cuidado com a sustentabilidade, pois para este produtor não há a possibilidade de esgotar essa base e adquirir outra. Além disso, esse cuidado deve ser obtido de maneira a minimizar as compras externas, o que leva ao uso de técnicas de adubação, defesa contra pragas, construção e infraestrutura geradas na própria propriedade ou na localidade. Essa dinâmica mantém as condições do solo, evita a sobrecarga dos ciclos naturais, e também diminui a descarga de químicos e a poluição ambiental. Ploeg (2007) denomina o processo de reprodução mútua da família produtora e de sua base de recursos autogerida como co-produção.

No contexto de crise, os produtores familiares mercadorizados podem responder tanto por uma maior mercadorização, capitalizando a produção, e perdendo autonomia; ou pela busca de soluções endógenas para a produção, substituindo insumos externos por produtos e técnicas do próprio local. A escolha deste último representa o fenômeno da recampesinação, um movimento no espectro na direção de menor mercadorização. Em um contexto onde participar do regime corporativo significa que o produtor fica com uma parte cada vez menor do excedente líquido, essa é uma resposta racional, e pode ser observada em determinados territórios.

Uma vantagem competitiva da produção camponesa, especialmente em sua vertente agroecológica, está no fato de que neste modelo, cada produtor e cada território é também um produtor de conhecimento. A agricultura tem uma natureza altamente local e contextualizada, onde é impossível codificar e traduzir as dinâmicas presentes em cada lote, com seu bioma, solo e microclima específico (SCOTT, 1998). A agricultura industrializada é pautada na implementação de conhecimentos e técnicas de origem externa, em geral na forma de pacotes tecnológicos prontos. Isso resulta em uma forma de trabalho alienada, que além de desagradável, diminui o potencial de experimentação pelo produtor e reduz as potencialidades daquilo que Ploeg denominou “a arte da agricultura”.

A defesa e elaboração teórica de uma agricultura camponesa se dá principalmente no seio da agroecologia. Na definição de Rosset e Altieri (2017), trata-se de simultaneamente de: a) a ciência que explica o funcionamento dos agroecossistemas e seus mecanismos,

³ Neste aspecto, a agroecologia resgata uma intuição presente na análise de certas trajetórias de transformação agrária que se processaram no Leste Asiático, e cuja marca foi justamente o crescimento da produção em uma configuração de uso intensivo da terra, e um trabalho especializado familiar. Um exemplo disso, foi a revolução industrial que ocorreu na China e Japão como uma trajetória de sofisticação da produção baseada em pequenos lotes intensivamente trabalhados, com alto grau de aproveitamento. Studwell (2013) generaliza o argumento, afirmando que os milagres de crescimento do Leste Asiático no Século XX se basearam em uma reforma agrária e num alto grau de absorção de trabalhadores pelo setor agrícola.

funções e relações físicas, biológicas, ecológicas, sociais, culturais e econômicas; b) um conjunto de práticas para a agricultura sustentável e, c) um movimento político para tornar a agricultura sustentável e socialmente justa.

No que diz respeito ao conhecimento, a agroecologia disputa o lugar hegemônico conferido à ciência que é institucionalmente legitimada, como as universidades, laboratórios de pesquisa e agências internacionais. Estas instituições estiveram envolvidas na origem da Revolução Verde e na expansão do regime corporativo alimentar em geral, reforçando a lógica produtivista e pouco sensível aos complexos sistemas naturais e as peculiaridades locais. Essa é a lógica por trás dos pacotes tecnológicos, técnicas prontas e insumo-intensivas oferecidas por extensionistas “no atacado”.

A agroecologia propõe substituir esse tipo de prática científica por outra, que seja orientada por princípios gerais diversos, tanto epistemológicos como políticos, superando o imperativo do produtivismo. Essa prática deve emergir a partir de uma relação horizontal entre as instituições produtoras de ciência e dos próprios agricultores. Estes podem frequentemente contar com um estoque notável de conhecimento contextualizado acumulado no seu território, e são experimentadores e difusores de inovações: *“The technological generation process [in agroecology] ideally must result from participatory or farmer-led research process in which farmers along with researchers provide input into research questions.”* (ALTIERI, ROSSET, 2017).

Esse tipo de prática científica é mais adaptada ao contexto agrícola, que trabalha não processos de simples transformação de insumos em produtos, mas a configuração de agroecossistemas dinâmicos que dificilmente podem ser reduzidos a modelos lineares. A substituição de pacotes por processos dinâmicos de experimentação também tem um viés de procurar soluções endógenas, colaborando com a co-produção alimentos-natureza e o aumento da base de recursos autogerida em detrimento da introdução de insumos externos.

O aspecto científico da agroecologia é indissociável do aspecto político. Em síntese, o projeto político agroecológico significa empoderar os produtores e consumidores de alimentos:

“Agroecology is political. It requires us to challenge and transform structures of power in society. We need to put the control of seeds, biodiversity, land, and territories, waters, knowledge, culture and the commons in the hands of the peoples who feed the world.” (LVC, 2014 apud ALTIERI e ROSSET, 2017, p.3)

Essa prática política se expressa atualmente na forma de contestação dos Impérios Alimentares. Uma de suas principais formas políticas é pelos movimentos sociais, como *La Via Campesina*, o MST, o *Zero Budget Natural Farming*, entre diversos outros que atuam no Sul Global. Esses movimentos ajudaram a dar relevância à ideia de soberania alimentar: a noção de que os sistemas agroalimentares locais devem servir à alimentação como um direito, o que exige uma regulação rígida da sua mercadorização.

Mas a principal forma de resistência não se dá nos espaços institucionais, e sim no aperfeiçoamento da produção agroecológica, por meio de treinamentos e intercâmbios, da difusão de tecnologias adaptadas e da criação de organizações de base - a resistência pela mudança nos processos de produção e comercialização que Ploeg (2007) chama de

resistência do terceiro tipo. A construção política da agroecologia é fortemente orientada para a construção de capital social e territorial na forma de redes de associações, organizações, empresas e atores estatais aliados. Essa estratégia reflete uma lógica contra hegemônica particular. Na impossibilidade de contestar frontalmente o domínio do regime corporativo agroalimentar em seus domínios institucionais no plano do Estado-nação e dos regimes comerciais internacionais, os movimentos camponeses atuam nas brechas e fissuras do regime (AKRAM-LODHI, 2021, PATNAIK, 2011).

Dessa forma, os movimentos agroecológicos atuam em duas frentes principais. Por um lado, pautam e cobram uma atuação do Estado e políticas públicas mais alinhados com seu projeto, como reforma agrária, políticas de segurança alimentar, proibição de agrotóxicos e organismos geneticamente modificados. Por outro, se organizam para resolver problemas de ação coletiva nos territórios, criando suas próprias redes de criação e difusão de técnicas, de armazenamento de sementes, de fornecimento de crédito, entre outros.

A aposta em organizações da sociedade civil como motor das mudanças no plano institucional e no produtivo gera efeitos de segunda ordem. O capital social das organizações e redes tem frequentemente a propriedade de se multiplicar em ciclos virtuosos. No caso da agroecologia, há o imbricamento com organizações de defesa de territórios indígenas e tradicionais, com os movimentos sem-terra, com temáticas da população jovem, entre outros movimentos.

Em particular, há um destaque para a temática de gênero. Isso porque, na avaliação de alguns teóricos, os processos de industrialização da agricultura reforçaram hierarquias de submissão da mulher nas famílias agricultoras. A produção convencional da Revolução Verde reduziu a quantidade de trabalho necessário na empresa familiar, e depositou a maior parte das atividades na mão do chefe de família. Por isso, é frequente que a transição agroecológica seja acompanhada do surgimento de grupos dedicados a discutir a emancipação feminina no lar e na produção (ALTIERI, ROSSET, 2017).

Entretanto, esse caráter movimentalista e de resistência da agroecologia mostra que este modelo ainda é marginal no Sul Global. Há um extenso debate sobre as possibilidades da produção agroecológica para se universalizar e sustentar todo o sistema agroalimentar. Ou seja, poderia uma economia agrícola baseada nessa concepção produzir alimentos e matérias primas em quantidades suficientes?⁴ Afinal, se a agroecologia é vantajosa, por que ela não se dissemina mais?

Essas perguntas são, para os entusiastas da agricultura dominante, uma acusação que mostra que a agroecologia está condenada a ser marginal, justamente por assentar-se em premissas consideradas atrasadas. Para os teóricos da agroecologia, elas apontam para tensões e contradições de se construir um projeto alternativo num contexto de hegemonia capitalista. Altieri e Rosset (2017) inventariam fatores que inibem a disseminação da agroecologia: ação estatal e orçamento público devotado quase que

⁴ Essa extensa polêmica é coberta por Shattuck, Holt-Gimenez e Patel (2009), Rosset e Altieri (2017), Akram-Lodhi (2021), e envolve um debate técnico e minucioso a respeito da mensuração da produtividade dos fatores de produção, das externalidades e das características de cada produto. Ainda assim, esses autores respondem na afirmativa, e revertendo o argumento: é a atual agricultura corporativa que se mostra cada vez mais insustentável. Frequentemente evoca-se o caso cubano, onde processou-se, a partir dos anos 1990, uma reestruturação agroecológica da produção, com um crescimento significativo da produção (ROSSET et al., 2011).

inteiramente aos sistemas convencionais, barreiras econômicas e escassez de ativos produtivos na produção agroecológica, a ausência ou repressão a organizações camponesas, questões ligadas à terra, como concentração, especulação, invasão e usos clientelistas.

No contexto brasileiro, é facilmente perceptível como a ação estatal é orientada para a expansão do agronegócio, em detrimento da produção familiar e agroecológica. Essa orientação está presente nas políticas fundiárias, tributárias, sociais e creditícias. Este é um padrão histórico. Delgado (2012) mostra que a modernização conservadora realizada durante a Ditadura Militar criou uma estrutura de economia política própria no campo, que articula 1) uma política fundiária frouxa, sem regulação estatal, inclusive da apropriação violenta e ilegal; 2) uma política creditícia altamente subsidiada para o agronegócio, com taxas de juros menores que a média do mercado e por vezes menor que a inflação, e cuja cobrança de passivos é flexível; 3) tributação favorável ao modelo do agronegócio, com pouca progressividade do Imposto Territorial Rural, isenção de impostos sobre insumos, e demais tributos que incidem sobre o modelo de produção do agronegócio. Esse modelo, que em síntese revela a captura do Estado por elites agrárias, foi atualizado nas conjunturas em que a restrição externa voltou a aguçar a situação de dependência nacional e a primarização das exportações brasileiras: a crise de 1982 e a maxi-desvalorização de 1998. Com isto, o modelo passou a se articular também a uma política cambial desvalorizada, favorável à exportação.

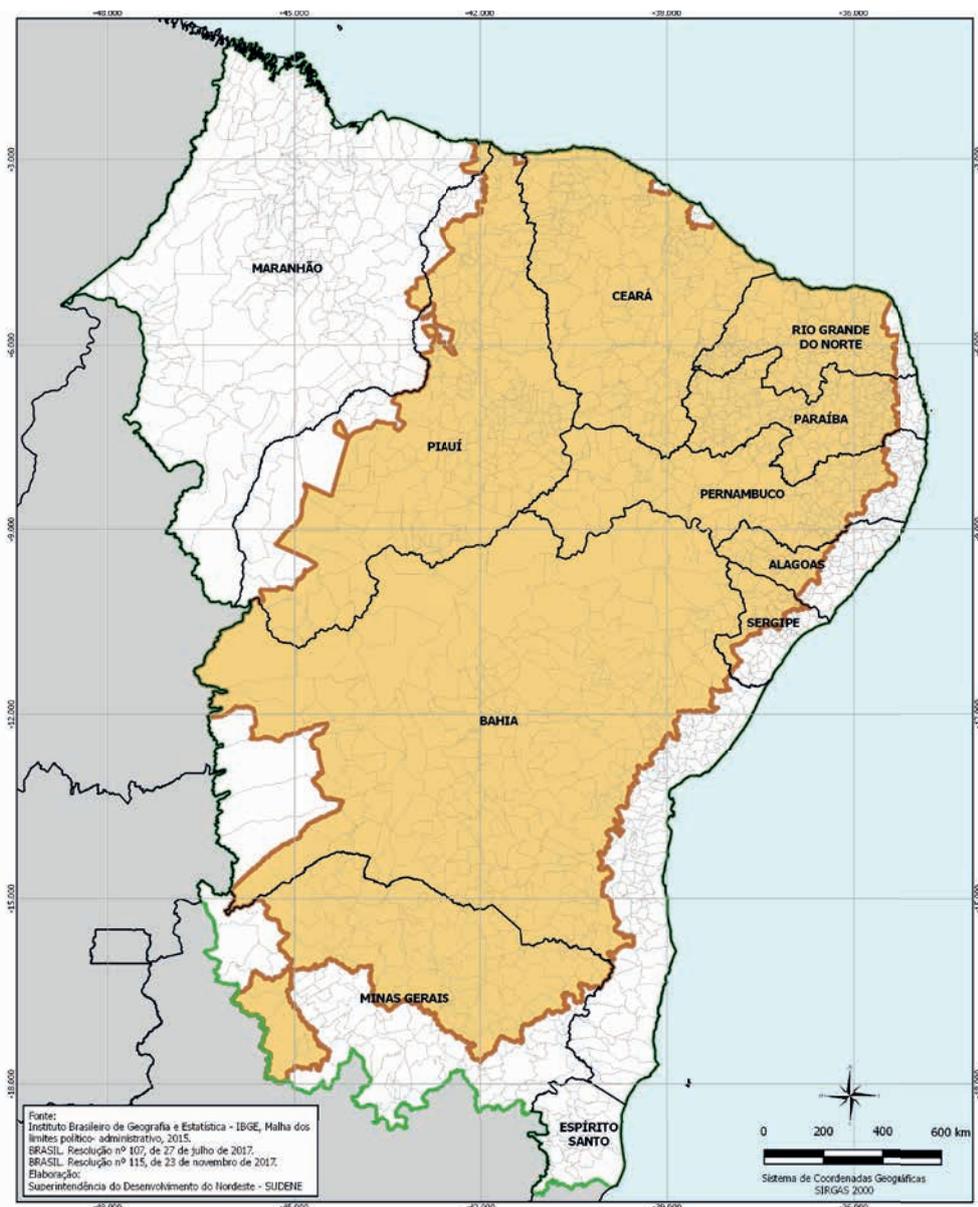
Esse padrão teria sido atenuado, mas não revertido, com a criação de algumas políticas para o pequeno produtor, em especial aquelas que operam compras diretas dos pequenos produtores, como o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE (GRISA, SCHNEIDER, 2014). A criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, representou a inauguração de um certo bifrontismo da política agrária brasileira (POMPÉIA, 2021), com a condução de duas políticas paralelas para os dois segmentos da produção agrícola, calcada num discurso de convivência pacífica. Entretanto, a hegemonia do agronegócio nunca foi de fato ameaçada, e houve um desmonte do bifrontismo a partir de 2016, com a extinção do MDA e o corte nas políticas voltadas ao pequeno produtor (NASA, 2020).

Essa orientação enviesada da ação estatal é a principal responsável pela manutenção do modelo de produção do agronegócio. O discurso do agronegócio é calcado em uma ideia de eficiência, e da inexorabilidade da disseminação de seu modelo - empresarial, capitalista, industrial e exportador - no campo (POMPEIA, 2021). Entretanto, este modelo é altamente dependente de recursos estatais e de uma regulação ambiental, trabalhista, social e tributária favorável ao setor e onerosa à coletividade.

II - A ASA e o convívio com o Semiárido

Nesta seção, exploramos um caso de movimento camponês contemporâneo, a Articulação do Semiárido - ASA. Trata-se de uma federação de organizações da sociedade civil - associações, entidades de desenvolvimento rural, cooperativas, sindicatos rurais, cáritas regionais, entre outras. Compõem a ASA milhares dessas associações que atuam no Semiárido brasileiro.

Figura 5 - Semiárido Legal



Fonte: SUDENE (2017)

A principal forma de atuação da ASA é na disseminação de tecnologias sociais e práticas agroecológicas. Destas iniciativas, a que ganhou mais destaque foram as cisternas de captação de água da chuva: Programa um Milhão de Cisternas - P1MC e Programa uma Terra Duas Águas - P1+2.

Há três tipos principais de cisternas: a doméstica, a escolar, e a cisterna para produção. As cisternas domésticas atendem uma família, e possuem capacidade de reserva de 16 mil litros. Essa quantidade é em tese adequada ao consumo de uma família ao longo de um período de estiagem típico. As cisternas escolares são em geral maiores, e ajudam a manter abertas escolas rurais sem acesso à rede de água, e se prestam ao consumo humano e a práticas agrícolas e alimentares educativas, como a criação de hortas escolares. Já as cisternas de produção têm capacidade de 52 mil litros e possibilitam a manutenção de um quintal irrigado e a dessedentação de animais, viabilizando a produção agrícola durante períodos de estiagem.

Figura 6 - Cisterna doméstica instalada na comunidade da Caicara, MG



Fonte: ASA (2021b)

Desde 1999, a ASA implantou 626.791 cisternas domésticas, o que criou 9.919.088 m³ de capacidade de estocagem difusa. Essa iniciativa criou acesso a água potável para 2,5 milhões de moradores de áreas rurais do Semiárido. Foram construídas também 6.848 cisternas escolares, com 355.812m³ de capacidade. Por fim, foram executadas 106.600 tecnologias de armazenamento para produção, beneficiando 429 mil pessoas no total (ASA, 2021a).⁵

⁵ Cabe ressaltar que esses números se referem somente às tecnologias executadas diretamente pela ASA. Governos locais e estaduais, o BNDES e outros atores também executaram cisternas, que superam a marca de um milhão no total.

Figura 7 - Cisterna escolar em Caraúbas - RN



Fonte: ASA (2021b)

Figura 8 - Cisterna barrageira de produção



Fonte: ASA (2021b)

Além das cisternas, outras iniciativas de Convivência foram realizadas. Há ações de disseminação de práticas agroecológicas, como assistência técnica e disseminação de variedades agrícolas adaptadas. Há também intercâmbios, nos quais agricultores visitam outros sítios produtivos e trocam conhecimentos e sementes são particularmente destacados. A ASA contabiliza que 57.930 pessoas já participaram de intercâmbios promovidos. Foram também criados 793 bancos de sementes e 223 viveiros de mudas (ASA, 2021a). No âmbito da comunicação, a ASA produz podcasts, vídeos e publicações. Já no plano político, a ASA se posiciona por uma série de pautas ligadas à reforma agrária, acesso à água e proteção do pequeno produtor rural, com a organização de protestos e mobilizações políticas eventuais.

Figura 9 - Mística de encerramento do VII Encontro Nacional da ASA.



Fonte: ASA (2021b)

Figura 10 - Caminhada por um Semiárido Justo e com Desenvolvimento no VII EconASA



Fonte: ASA (2021b)

III - Um outro modelo de desenvolvimento

Desde seu início, a ASA tentou demarcar com ênfase que a Convivência com o Semiárido não pode ser reduzida somente a um pacote de tecnologias de armazenamento de água. Tratar-se-ia de uma concepção diferente e crítica de desenvolvimento para as populações e territórios rurais da região. Isso quer dizer que a ASA propõe um amplo programa, que inclui uma outra forma de produção agrícola, de uso econômico do território, novas diretrizes para a educação formal, a transformação da sua economia política, e também uma nova narrativa e valorização simbólica daquele território.

O discurso da Convivência com o Semiárido elabora uma crítica dos modelos anteriores, calcados no combate às secas. Inclui-se aqui as políticas assistencialistas e clientelistas de distribuição de alimentos, frentes de trabalho, obras hidráulicas concentradoras e privatizantes, e o uso de técnicas de produção e apropriação do território pouco afinadas com o meio biofísico da Caatinga e do Cerrado.

A origem do combate às secas está ligada à formação histórica do território. O Semiárido foi inserido em circuitos de produção internacionais numa posição de dependência no início do período colonial. A situação de dependência situou a região como uma periferia em relação aos centros dinâmicos da economia mundial. Furtado (1974) mostra como a produção de produtos tropicais de exportação, como açúcar, café, algodão, tabaco e cacau moldaram uma economia extrovertida, que era suplementada por uma retaguarda de pecuária interiorizada. Essa forma de produção do território

e de uma economia periférica geraram instituições extrativas, baseadas em mais-valia absoluta e a ocupação extensiva e predatória da terra. Oliveira (2008) mostra como a situação de dependência se renovou no Século XX, reconfigurada pela ascensão de um polo dinâmico em industrialização no Sudeste. Emergiu assim, secularmente, a questão regional do Nordeste. Para a formação do conceito de Região Nordeste, foi fundamental que a situação de estagnação econômica fosse ressignificada como de origem climática, o que permitiu às elites locais legitimar processos de acumulação e apropriação privados baseado em investimentos públicos. Esse fenômeno é conhecido na literatura como a “indústria das secas”.

Longe de ser uma forma atávica, a indústria das secas persiste, transfigurada, revestida de um discurso modernizante. Ela é perceptível no apoio decisivo do Estado ao projeto do agronegócio, tanto por meio de recursos orçamentários e subsídios diversos, como pela construção de infraestruturas hidráulicas concentradoras. Um exemplo contemporâneo é a transposição do Rio São Francisco, iniciada no Governo Lula. Um megaprojeto, destinado a levar a água de um dos únicos grandes rios perenes do Semiárido para dois novos eixos, Norte e Leste, em estados que não são banhados originalmente pelo rio. A ASA se opôs ao projeto, tecendo críticas e organizando protestos contra a obra. Para a organização, a transposição daria origem a um novo processo de valorização fundiária e expulsão de famílias camponesas, e seria destinado ao tipo de produção irrigada que se faz no polo de Petrolina-Juazeiro: agricultura intensiva em água, voltada para exportação e abastecimento de mercados distantes. Além disso, a transposição traz riscos ambientais significativos para o rio, que já sofre de assoreamento e degradação devido à intervenção humana. Por fim, trata-se de um projeto caro, cujos recursos poderiam ser mais bem investidos em pequenas infraestruturas hídricas descentralizadas:

“As atuais iniciativas [governamentais] reproduzem um modelo de desenvolvimento hegemônico baseado em grandes obras como a transposição do Rio São Francisco, a Transnordestina, o Canal do Sertão, o reflorestamento de áreas degradadas com eucalipto, que na maioria das vezes beneficiam o poder econômico do país e do estado, expresso nesse momento histórico pelo agronegócio e pelo hidronegócio. Esses grandes projetos aportam um grande volume de recursos em detrimento de pequenos apoios às iniciativas e necessidades da agricultura familiar e camponesa” (ASA-PE, 2009).

O discurso da Convivência com o Semiárido também demarca um contraste com a forma econômica do agronegócio. Há uma defesa de uma forma baseada na agricultura familiar camponesa. Não só esta seria cheia de potencialidades, mas ela já é a maior produtora de alimentos e maior garantidora de segurança alimentar.

“A agricultura familiar e camponesa corresponde a um total de 88% dos estabelecimentos no Brasil, gera 79% dos postos de trabalho no campo e é responsável por 70% da produção de alimentos, mas ocupa somente 24,3% do total das terras agropecuárias do país” (ASA-PE, 2009).

A forma de produção camponesa possui outra lógica econômica. Sua vocação é para a produção de alimentos, e não mercadorias. O discurso da ASA toma uma forte posição contra a ideia de que esse tipo de produção é inviável, indesejável, ou mantém os agricultores na pobreza e no atraso. Pelo contrário, a figura do camponês é a mais vocacionada para criar um processo de desenvolvimento multidimensional na região:

“É possível promover a sustentabilidade socioambiental no semiárido brasileiro através de uma agricultura familiar numerosa e próspera, garantindo segurança alimentar e nutricional para milhões de pessoas desta região, numa perspectiva que incorpore no seu dia a dia a vivência equitativa de gênero, o respeito e valorização das etnias, com participação efetiva dos jovens” (ASA, 2003).

“Agora, essas famílias que estão lá no mundo rural estão condenadas à pobreza, como dizia o Theodor Schultz, que essa agricultura tradicional está fadada à pobreza? Não, pelo contrário. Com políticas adequadas, com proteção aos mercados locais, com proteção aos bens comuns, às sementes, à biodiversidade, à cultura popular, você ingressa em trajetórias econômicas virtuosas, onde a economia e a ecologia têm uma relação virtuosa.” (Entrevista de Campo com PETERSEN, 2021).

Entretanto, para se realizar plenamente, essa trajetória de saída das famílias da pobreza, de maior e melhor produção e de melhora dos indicadores sociais dos territórios depende de um novo arranjo institucional mais redistributivo. Em particular, há uma demanda por um programa de reforma agrária participativa e baseada na expropriação do latifúndio, por uma nova governança da água, pelo redirecionamento do crédito e por outras formas de apoio ao pequeno produtor.

Ainda assim, para a ASA, sua atuação, combinada com as políticas sociais e de apoio ao pequeno produtor, foi decisiva para uma transformação significativa que pode ser percebida no Semiárido. Esse desenvolvimento pode ser percebido em primeiro lugar pela implantação das cisternas de primeira água, que estão perto da universalização⁶, e pela disseminação de outras tecnologias sociais voltadas para a produção. Em muitas dimensões, é notória a melhora de indicadores sociais na região, ainda que seja difícil separar exatamente as iniciativas da ASA do efeito das transferências de renda e outras políticas sociais desenvolvidas no mesmo período.

Outra indicação de que houve transformações profundas é a resiliência às secas. A longa seca que se estendeu de 2013-2019 teve impactos bem menos severos que as secas anteriores. Calcula-se que a seca de 1979-1983 chegou a matar entre 700 mil e um milhão de pessoas (IHU, 2017). As secas dos anos 1990 ainda levavam a situações de conflagração social, como saques e êxodos em massa. Isso não foi observado na seca mais recente, pois o conjunto de iniciativas de Convivência tornou as formas de vida e produção mais resilientes. As cisternas, por exemplo, mesmo quando não são abastecidas pela chuva, podem ser abastecidas por caminhões-pipa, e garantem a água de consumo, a produção nos quintais irrigados e a manutenção de animais.

“Quando você vai para a questão de água de produção, você tem duzentas mil famílias que têm água de produção. Então, é um número muito pequeno que está nessa. Em um universo de um milhão e setecentas famílias, você tem pelo menos um milhão e meio que não tem água para a produção. [...] Quando você olha para a seca no período de 2012 a 2018, você teve um aumento da quantidade de feiras, um aumento inclusive de disponibilidade de hortaliças, dos quintais. Isso é resultado dessas duzentas mil famílias.” (Entrevista de Campo com BARBOSA, 2021).

⁶ Atualmente, calcula-se que faltam 350 mil cisternas para chegar na cobertura universal (ASA, 2021a).

“A gente, com o PAA, com o PNAE, com programas de distribuição de renda para famílias, e no Semiárido, com o que assistimos, foi uma mudança de cenário absurda no Semiárido [...] Qualquer seca que tivesse você tinha mortes aos milhões. Nós tivemos uma seca bem mais grave, a mais grave dos últimos cem anos no final da década passada, e não tivemos [mortes]. Por que não assistimos? Porque um conjunto de políticas públicas, agrícolas e não agrícolas, permitiram maior resiliência” (Entrevista de Campo com PETERSEN, 2021).

Uma mudança na narrativa sobre o Semiárido

A própria invenção da região Nordeste foi baseada em uma narrativa de secas, inaptidão do meio à agricultura, enfim, de subdesenvolvimento (OLIVEIRA, 1981, SILVA, 2006). Essa narrativa foi usada em prol da indústria das secas. Nesse sentido, foi amplamente difundida uma ideia de que a região e sua população são de certa maneira inferiores, e a solução se daria pela migração ou pela instalação de infraestruturas hídricas massivas. Essa narrativa pessimista atua como uma poderosa violência simbólica, localizando no camponês, e não nas relações econômicas e sociais historicamente desiguais, a razão da pobreza.

Dessa maneira, os proponentes da Convivência com o Semiárido se preocuparam desde o início com a desconstrução desse imaginário, e a substituição por um imaginário positivo, associado à riqueza simbólica da vida camponesa, quilombola e indígena local, à sua vitalidade cultural, às possibilidades da agricultura e às formas de resistência:

“A gente tinha que enfrentar uma situação que era uma situação de violência simbólica, né? Ou seja, e que as pessoas achavam que aqui não chovia, e que as pessoas achavam que era castigo de Deus, que as pessoas achavam que elas eram coitadinhas, que as pessoas achavam que... Então, assim, você tinha uma lógica de violência muito grande. E a ASA elegera a comunicação como um elemento, assim, na pressão de construir um outro imaginário. [É preciso debater] educação contextualizada, valorizando a perspectiva do que tem no Semiárido, todo debate sobre valorizar a cultura popular, valorizar as sementes” (Entrevista de Campo com BARBOSA, 2021).

A ASA desenvolve iniciativas em dois campos considerados estratégicos. Em primeiro lugar, a organização promove a educação contextualizada. Historicamente as escolas e a educação formal em geral reproduziram explícita ou implicitamente as ideias de inferioridade das formas de vida rurais, e da região do Semiárido. Para tanto, são elaborados novos materiais, pedagogias e metodologias que valorizam o território e o camponês:

“No âmbito do ensino formal, a concepção de educação ali desenvolvida conduz a uma baixa autoestima por parte dos agricultores e agricultoras familiares, identificando aqueles que vivem no campo como “menos inteligentes”, “matutos”, ou incapazes de encontrar novas modalidades de vida. Esse tipo de educação constrói culturalmente o êxodo rural e a crença na impossibilidade de uma vida digna no semiárido” (ASA, 2003).

“Ao lado disso, a educação. O menino não pode acreditar que para viver bem ele precisa sair do Semiárido. Ele precisa valorizar a comida, a cultura, o modo de ser. Essa é a Convivência com o Semiárido” (Entrevista de Campo com BAPTISTA, 2019).

Um desses materiais pedagógicos é a cisterna escolar. A cisterna contribui para as condições de funcionamento, salubridade e segurança alimentar de escolas do campo.

Entretanto, geram também a oportunidade para que seja feita uma horta escolar e que sejam desenvolvidas com os estudantes e com a comunidade escolar práticas de gestão das águas, e produção agroecológica.

Outro campo de intervenção é a comunicação. A mídia hegemônica é historicamente ligada às elites regionais que têm interesse na perpetuação da indústria das secas e no modelo do agronegócio:

“A luta pelo direito à comunicação também encontra espaço [no Nordeste]. A antiga figura dos coronéis, algo tão marcante na história nordestina, não deixou de existir. Apenas atualizou as suas formas de domínio sobre a população. Hoje o coronel sabe que precisa ser dono ou ter influência direta ou indireta sobre um veículo de comunicação porque o seu poder político se alimenta na opinião pública, e se mantém ao pautar a sociedade de acordo com o que convém que ela saiba. A esse fenômeno damos o nome de coronelismo eletrônico. Temos uma infinidade desses coronéis da mídia espalhados pelo Nordeste” (DANTAS, 2015. Grifo nosso).

A ASA propõe formas de comunicação popular e o exercício da comunicação como um direito. Isso significa se colocar em um papel de facilitador que fornece as ferramentas para criação e difusão de conteúdo às populações do Semiárido. Há, por exemplo, iniciativas de radiodifusão comunitárias, de produção de vídeos, um canal de Youtube, um podcast entre outras. É exemplar o papel d`O Candeeiro, um folheto que relata a experiência de uma família ou um território com práticas de convivência.

Fortalecimento da sociedade civil e novos repertórios de cidadania

As políticas de combate à seca e os modelos de desenvolvimento anteriores tinham um caráter político elitista, e tiveram resultados concentradores de terras, riqueza e poder. Essas dinâmicas foram amplamente estudadas, em especial na literatura a respeito da modernização conservadora no campo (PALMEIRA, 1989; BURSZTYN, 2008; SYGAUD, 1986; SILVA, 2006). As práticas da Convivência com a Seca propõem uma interpretação crítica desses processos, e um novo repertório de práticas políticas de caráter democrático e participativo.

Nesse sentido, a Convivência pretende se contrapor a formas tecnocráticas de governança. Essa característica movimentalista, presente nas afiliadas da ASA, exprime uma concepção de governança que põe ênfase no papel da sociedade civil e seus movimentos de base, como sindicatos, associações, comunidades eclesiais de base ligadas à Igreja Católica e movimentos de trabalhadores rurais (SANTOS, 2016). Não por acaso, muitas das organizações que participam da ASA tiveram sua origem nesse período.

"Ah, porque a convivência com o Semiárido é a agroecologia do semiárido [...]. É uma caminhada que começa ali basicamente nos anos 70, se a gente fosse olhar por uma perspectiva, que é, olhar para a história do Brasil, quando você olha pela perspectiva das comunidades, toda uma lógica de tentativa de desenvolvimento, tentativa de crescimento, aí você tem o Golpe Militar de 1964, você tem um destroço basicamente disso. Mas, assim, a ideia da construção da resistência [surgiu] a partir da década de 70" (BARBOSA, 2021).

Esse foco na democratização e redistribuição de poder estão no centro da ideia de Convivência, mais do que as tecnologias sociais, que são só seu instrumento mais visível. E o ímpeto democratizante tem vários desdobramentos. Em primeiro lugar, a própria ASA se organiza de forma democrática. A organização nacional é formada por ASAs estaduais, que por sua vez é formada por organizações de caráter local. Processos eletivos internos e conferências - regionais, estaduais e nacionais - são o meio de selecionar representantes. É exemplar que no recorte de maior granularidade, por exemplo um determinado território que vai receber cisternas, há a formação de uma comissão de associações representativas, que fica responsável pela definição dos critérios de priorização e pelo acompanhamento e controle social das iniciativas e do uso dos recursos. Essa organização democrática em rede é, na fala da ASA, a principal responsável por manter os vastos programas de cisternas protegidos da corrupção e da política clientelista.

“Toda organização tem uma ação com relação com a ASA pelo menos regional, ou microrregional. Ela faz parte daquela microrregião, ela ajuda a gestar as ações da ASA, é ali que ela tem seu capital social, sua força política de articulação. Ela conhece aquelas estruturas ali. Ali é o território na concepção da geografia, onde ela atua mais focada e executa os programas. Nesse território há reuniões deliberativas, no sentido de priorizar municípios para as ações, etc. Nas reuniões se encaminham representantes para reuniões estaduais (um processo que às vezes é mais, às vezes menos formal - depende muito da disponibilidade, alguns encaminhados não chegam a ser delegados). Essas pessoas são indicadas para o âmbito estadual. Ali também há processos deliberativos sobre os programas, priorização, decisões sobre mobilização política etc. Ali também se decidem pessoas que representam o estado no âmbito nacional (NEVES, 2019).

Para além de sua estrutura interna, a ASA concebe a implantação de suas tecnologias sociais e o desenvolvimento de iniciativas como ocasiões para um primeiro processo de tomada de consciência e de mobilização social. São processos pedagógicos no sentido que Paulo Freire dá a essa palavra, de compreensão crítica do meio, do território, das relações e dinâmicas políticas.

Essa prática pode ser observada nos Cursos de Gestão de Recursos Hídricos, que são ofertados sempre que há a instalação de cisternas em um território. O curso traz conteúdos técnicos sobre a gestão dos equipamentos e cuidados para a manutenção da salubridade da água, mas vai além, desdobrando o tema da água em seu aspecto ambiental, seu aspecto político, sua relação com as temáticas de segurança alimentar e relações de gênero. A inspiração freireana também pode ser percebida no caráter horizontal das práticas pedagógicas, no qual todos os participantes são chamados a ensinar e aprender simultaneamente:

“O objetivo dos cursos é formar as famílias que irão conquistar as cisternas em temáticas relacionadas à gestão correta da água e ao seu uso de forma sustentável. Nas capacitações, as famílias compartilham orientações sobre práticas de convivência com o Semi-Árido a partir da importante experiência do gerenciamento consciente da água e passam a ser agentes multiplicadores do uso racional de recursos hídricos dentro das comunidades onde moram, favorecendo, assim, o conhecimento básico sobre o tema meio ambiente. Além do tratamento

da água, as famílias são incentivadas à prática de ações de intervenção social nas políticas públicas voltados para a melhoria da qualidade de vida da população e o seu fortalecimento enquanto grupo social” (ASA, 2007).

“A cisterna é antes de tudo um material didático” (SANT’ANNA, 2015).

O horizonte dessa concepção política pode ser percebido também numa intensificação da participação social. É comum notar trajetórias nas quais agricultores inicialmente mobilizados por ocasião da cisterna de primeira água passam a participar de conselhos de políticas públicas, de audiências públicas e de outros processos relacionados à política institucional e eleitoral. Também são comuns trajetórias que incluem a formação de grupos temáticos, como os de mulheres ou de jovens; ou então agrupamentos voltados para a produção numa lógica solidária como cooperativas e feiras, e também movimentos de caráter mais explicitamente político. Esses não são processos acidentais. O fortalecimento de organizações da sociedade civil é um dos principais objetivos das práticas de convivência, um fortalecimento que se dá pelo surgimento de novas organizações e também da qualificação das existentes, que ganham maior capacidade de gestão e de execução principalmente ao gerir políticas públicas descentralizadas.

“Fortaleceram as organizações no nível municipal e local. Por exemplo. Você tem uma associação num município que está meio parada. Aí ela passa a integrar a comissão municipal, passa a supervisionar o processo da cisterna e das sementes no município. Passa a procurar recursos. Integra as formações da ASA. Aí ela ganha autonomia de voo. Outra dimensão são as organizações intermediárias. Aqui na Bahia tem várias. Ela surgiu para dar conta do processo de construção das cisternas. Junta um grupo de agricultores e técnicos. Ela se filia a ASA, e passa a concorrer em licitações, etc. Ela participa de uma quantidade muito grande de capacitações, e hoje ela integra uma rede de organizações da ASA. Essas organizações surgem desse processo” (BAPTISTA, 2019).

“Para falar de fortalecimento institucional, temos de falar do começo dos programas da ASA, pois a maioria das organizações não estavam aptas, capacitadas, a gerir a enormidade de recursos públicos de forma consistente do ponto de vista administrativo, com transparência, e dentro de uma estrutura com controle social e várias instâncias que monitoram a ação e os recursos. O maior fortalecimento institucional foi esse, com capacitações para gestão de recursos. Isso envolveu treinar para usar computador, excel, e depois o nosso sistema. Ficar apto para receber o dinheiro público acabou fortalecendo as organizações, principalmente no período de alto investimento. Elas conseguiram montar equipes maiores, com mais estrutura, chegar em mais comunidades. Mas essa estrutura é volátil. Com a diminuição dos recursos que estamos enfrentando agora, as organizações vão se desfazendo desse capital organizacional, a estrutura que permite ampliar a ação. Porque esse capital parado também gera gastos. Num momento como o de hoje, elas vão se livrando dele, voltando a ficar enxugada” (NEVES, 2019).

Os programas de cisternas têm um alto grau de envolvimento das organizações da sociedade civil. Para alguns, trata-se de uma modalidade singular de política pública, caracterizado pelo seu caráter associativo, uma vez que o Estado financia e impõe parâmetros regulatórios mínimos, mas as organizações propuseram e dimensionaram o projeto, executam a construção, selecionam os beneficiários, e monitoram o uso

do recurso. A implantação das cisternas num território não se esgota em si mesma e no acesso à água, mas espera-se que ela passe a gerar processos de mobilização e organização secundários. Pode-se observar como em muitos territórios as cisternas e os cursos de GRH foram seguidos da implantação de casas de sementes, de intercâmbios de produtores, e de outras formas de capital social e territorial.

A concepção de que a Convivência e suas políticas públicas e iniciativas precisam ser construídas de forma participativa pode ser melhor ilustrada por um episódio. Por ocasião do Plano Brasil sem Miséria, do primeiro Governo Dilma Rousseff, foi planejada uma aceleração do programa de cisternas, mas substituindo o equipamento de alvenaria por um outro de plástico. A ASA criticou severamente a iniciativa, justificando sua oposição por motivos técnicos, como a baixa qualidade do material e a impossibilidade de executar reparos; e motivos econômicos, como a dispensa dos pedreiros e a injeção de recursos na economia local. Entretanto, a principal objeção apresentada foi de que o objetivo precípuo do programa nunca foi distribuir reservatórios de água, mas sim formar e mobilizar as populações como cocriadoras da política.

“Cisterna de polietileno para a gente é uma obra de combate à seca. Ela vem pronta, o agricultor não tem participação, não sabe de onde vem, para onde vai. Não é adequada, deixa a água quente. Não é uma ação de Convivência. Se ela tiver qualquer problema, o agricultor não sabe resolver. E era duas vezes e meia o preço da cisterna de placa. Então nós tínhamos razão de sobra para querer ela longe do Semiárido. Virou elefante branco, tem várias abandonadas. Ela era fabricada em um local, e levada para outra. Na de placa, tinha uma partilha (pedreiro, vendedor da brita, material de construção). Nesse caso aí, o lucro era de uma empresa, internacional” (Entrevista de Campo com BAPTISTA, 2019).

Outro tema presente, no qual a cisterna induz à geração de novos grupos e contribui para geração de novas práticas de convivência é a questão de gênero. Isso porque a busca da água, uma tarefa que costuma ser penosa e demorada, é considerada culturalmente uma incumbência feminina. A cisterna facilita a obtenção da água, liberando horas do dia às mulheres, e permite também que a família trabalhe um quintal irrigado em complemento à produção de sequeiro:

“Há também a questão das mulheres, que passam a se ver, após os processos de educação ambiental, como tendo um papel fundamental na família, no ecossistema, na economia, e passam a ter uma postura mais reivindicatória na própria família. Eu testemunhei uma revolução silenciosa, quer dizer, nem é tão silenciosa assim, é nossa mídia que não reflete o que ocorre nesses territórios” (FERNANDA, 2019)

“As organizações da ASA a partir do que é convivência, passam a descobrir que a convivência não é só cisterna. Convivência é trabalhar o conjunto das coisas que dá a viabilidade da família no Semiárido. Uma coisa que vem despontando é que nas cisternas de produção tem os quintais. O quintal é um espaço geográfico perto da casa, em propriedades perto da casa, onde ficam as verduras, leguminosas, árvores frutíferas, animais, plantas medicinais. E vive a partir da cisterna de produção. [...] A parte dos quintais é uma parte do protagonismo das mulheres. Elas que cuidam, que vendem, que fazem a destinação dos recursos. E isso gera uma ebulição imensa. São mulheres que geram um recurso, que não tinham um centavo e agora tem um

dinheiro. Que fazem cooperativas. Daí surgem grupos de mulheres, de fabricação de doces, várias iniciativas que são solicitadas pelas comunidades e encorajadas pelas organizações. Aqui, por exemplo, temos um grupo de mulheres produtoras. Elas hospedam para pequenos eventos, vendem ovos, queijos. Isso tudo a partir do processo das cisternas. E isso vai se multiplicando” (BAPTISTA, 2019).

Um diálogo de saberes

Um aspecto central da Convivência com o Semiárido é transformar a maneira como o conhecimento e a ciência são produzidos, disseminados e utilizados na região. Isso envolve principalmente situar o participante em um lugar simbólico de produtor de conhecimento, e não de mero consumidor. Como é sempre ressaltado na fala da ASA, as soluções de convivência todas não foram elaboradas nas universidades, laboratórios ou de entidades governamentais. Elas emergiram da inventividade de produtores locais.

“A gente entra com a convivência, e o primeiro elemento da convivência é que agricultor, o indígena, ele produz conhecimento. Ele não é objeto, ele é sujeito, o dono de sua história e seu caminho. Mas ele precisa para isso de condições efetivas” (BAPTISTA, 2019).

“A lógica é essa, você pegar aquilo que já se faz. As casas de semente, muitas comunidades já tinham essa estratégia de guardar semente coletivamente. Aí a gente apoia reproduzir mais casas de semente, ou melhorar as que já existem. Essa é a lógica de como você pare uma tecnologia social. É um encontro dos saberes e práticas do saber popular com o saber técnico e científico. O capitalismo concentra terras, riquezas materiais, etc. Mas também apaga conhecimentos. Nós não inventamos nada de novo, apenas ajudamos os agricultores a perceber que eles já têm as respostas” (NEVES, 2019).

“O que está sendo produzido de alternativas na própria sociedade - e não é pouco! A pandemia nos ensinou muito! O problema é que a gente desperdiça essas experiências, como diz o Boaventura [de Sousa Santos], desperdiça! As experiências estão apontando caminhos, e é desses caminhos que a gente tem de pensar as políticas. Todas as políticas inovadoras vieram de experiências, por exemplo, o PAA, etc. Não foram de cabeças brilhantes. Veio de pequenas experiências localizadas, que foram apontando ‘ah, por aqui é possível” (PETERSEN, 2021).

Figura 11 - Terceiro Encontro Nacional de Agricultoras e Agricultores Experimentadores.



Fonte: ASA (2021b)

Figura 12 - Terceiro Encontro Nacional de Agricultoras e Agricultores Experimentadores.



Fonte: ASA (2021b)

Por outro lado, as inovações e tecnologias que vieram de pesquisadores e instituições oficiais desconectados do território e de suas populações camponesas tenderam historicamente a ser nocivos no Semiárido, como foi a introdução das variedades de soja tropicalizada pela Embrapa, a monocultura de eucalipto pela moderna engenharia florestal, entre outros muitos casos. Mesmo as práticas de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, e a agronomia voltados para o pequeno produtor padecem frequentemente de problemas ambientais e econômicos. Podem, por exemplo, criar uma relação de dependência do produtor em relação a insumos externos como agrotóxicos, fertilizantes ou alimentação animal, ou criar uma situação de endividamento crônico. Além disso, essas tecnologias são frequentemente ofertadas na forma de pacotes tecnológicos prontos, que têm o viés de retirar o agricultor do papel de experimentador e gerador de conhecimento. Um exemplo é a orientação ofertada por órgãos de ATER locais para a criação de frango caipira a partir de ração comprada, o chamado “caipirão”, que faz do produtor um mero processador em uma cadeia de produção baseada na ração comprada (PETERSEN, 2017).

Nesse sentido, a ASA busca dialogar com universidades e outras entidades de pesquisa nacionais e internacionais para sensibilizar quanto ao tipo de pesquisa que pode contribuir com um desenvolvimento sustentável dos territórios e da produção em termos agroecológicos. Um exemplo sempre citado é a criação da variedade de Maracujá Sertão Forte pela Embrapa Semiárido, que tem aptidão para a produção nas condições físicas e sociais da região.

“[os agricultores] não podem só ser receptores de pacotes de tecnologias. As ações precisavam ser pensadas para que a população pudesse dominar. Coisas muito complexas não valem. Precisamos de coisas simples, baratas e eficientes. [...] E tem outras relações, parcerias de pesquisa. Por exemplo, na Paraíba, nos fizemos uma pesquisa com agricultores e com uma universidade e a Embrapa. Estudos comparativos de plantio de milho. Uma área de plantio era área de semente nativa (que eles chamam semente da paixão), umas três áreas. E milhos comerciais e outros. Os agricultores acompanhavam tudo, e hoje eles se referem a essa pesquisa com um certo orgulho, porque o milho crioulo produziu mais e deu mais palha. Isso reforça a postura política deles de querer esse milho e não o outro” (BAPTISTA, 2019).

Nesse contexto, a ASA foi aperfeiçoando metodologias de produção e difusão do conhecimento próprias, mas que beberam de outras práticas agroecológicas. Em particular, há uma ênfase nas trocas diretas entre agricultores. Entre estas, destacam-se os intercâmbios e outras formas de troca camponês a camponês.

“Na metodologia da ASA, a gente não faz sermão, não faz aula expositiva. A gente trabalha intercâmbio. No P1+2 a gente tem intercâmbio comunitário, um agricultor visita o outro. Se eu for trabalhar jabuticaba, vou levar os agricultores para ver a produção. O intercâmbio é comunitário, municipal, estadual e até internacional. Nós estamos agora na África e no corredor seco da América Latina. E nós fomos chamados lá para levar a cisterna. A gente foi para lá debater a Convivência. Vieram agricultores de lá visitar agricultores daqui, depois os daqui foram para lá. E desse processo tem a capacitação na produção da cisterna. Mas pode ser que a demanda seja banco de sementes, ou biodigestor. Semana passada a gente recebeu uma demanda de Uganda. Querem as duas cisternas, os processos de silagem e fenação, e querem bancos de sementes. O crescimento do conhecimento é a interrelação. E os intercâmbios são a coisa mais bonita do mundo” (Entrevista de Campo com BAPTISTA, 2019).

Figura 13 - Banco de semente comunitário São Francisco



Fonte: ASA (2021b)

“Tem um método que foi desenvolvido na América Central, mas é um método estudado no mundo todo, e nós fomos os primeiros que trouxemos ele pra cá e meio que aperfeiçoamos. Não vou dizer que aperfeiçoamos, mas, criamos ele com a nossa cara, que esse método campesino a campesino. Ou seja, nós, a perspectiva da Convivência com o Semiárido, ela valoriza muito mais o conhecimento, a troca desse conhecimento, a relação à agricultor, agricultora, do que necessariamente a relação do técnico. E isso nós fomos mudando devagar também, porque nós éramos também, nessa lógica do técnico chegar, de dizer como é que tem que ser, como é que não tem. O sujeito social rural foi mudando. Na década de oitenta, de noventa, a gente chamava os agricultores de agricultores multiplicadores. Que era o quê? O agricultor que tinha que saber fazer curva de nível, tinha que fazer compostagem, que eram técnicas da agricultura alternativa. Então, o que é que a gente tinha? A gente tinha agricultores que replicavam, ou seja, aprendiam e replicavam para os outros, mas estavam replicando um conhecimento que não era seu. Hoje, nós trabalhamos com agricultores que a gente chama de agricultores experimentadores. Que é a perspectiva de quê? De um agricultor que experimenta conhecimentos seus, ou seja, ali na cisterna, ali, não sei o quê, ele inventa alguma coisa, ele, então, ele vai inovando, ele vai construindo, ele vai avançando, e ele agrega a essas outras coisas, ele agrega à história da compostagem, ele agrega à história do lado da curva de nível e vai agregando, mas ele também vai agregando coisas que são dele, né, de conhecimento que é dele, que é dela, que ele desenvolveu, que ela desenvolveu. E a gente construiu uma estratégia de dar visibilidade para isso. Nós construímos um instrumental que é um boletim, que na ASA se chama "O Candeeiro", [...] Ou seja, no boletim, a pessoa sistematiza uma experiência daquela família, daquela agricultora. São feitas cópias

do boletim, de mil cópias só, só mil, fica com a família, certo? E aquele boletim é para quando ela vai receber o intercâmbio, ou quando ela vai para a feira. Uma família que tem uma experiência esquematizada, a autoestima dela já vai lá para cima. Então, quando você encontra novamente um agricultor, uma agricultora, eles falam: ‘Ó, minha experiência já está lá em São Paulo, minha experiência já está não sei onde, já está em vários lugares’. Então, você tem uma perspectiva que é isso, assim, de valorizar esse conhecimento. [...] É muito comum que você vá para Minas Gerais e um agricultor, uma agricultora diz assim: ‘Eu sou agricultor experimentador’. Você vai para o Piauí, conhece alguém que é experimentador. Você vai para não sei onde, ‘eu sou agricultor experimentador’” (Entrevista de Campo com BARBOSA, 2021).

A agroecologia

No âmbito concreto dos sistemas agroalimentares, a Convivência com o Semiárido propõe a produção agroecológica. A agroecologia é, ao mesmo tempo, um movimento político, uma sistemática de produção e disseminação do conhecimento, e também um conjunto de práticas que garante a autonomia na produção camponesa (ROSSET, ALTIERI, 2017).

O princípio cardeal das práticas agroecológicas é dar mais autonomia ao produtor camponês, uma diretriz que é perceptível nas iniciativas da ASA. As cisternas e outras tecnologias sociais hídricas têm como objetivo fazer a própria propriedade ser capaz de produzir e armazenar água para o consumo e a produção. Além disso, muitas das técnicas agrícolas difundidas pela organização aumentam a capacidade de estoque ou substituem insumos externos por alternativas baratas e reprodutíveis: o uso do esterco como fertilizante, o nim e a pimenta para o controle de pragas, entre outros.

A busca de autonomia levou à criação de iniciativas de proteção do patrimônio genético local, em contraposição às sementes híbridas e transgênicas. A ASA tem difundido sistemas de guarda e difusão de sementes crioulas, baseados em guardiões, casas de sementes e festivais de troca:

“[A casa de sementes] visa fortalecer a sementes crioulas frente às comercializadas. As ASAs estaduais já trabalhavam com o tema. Na Paraíba, Ceará e Alagoas, há a Festa das Sementes da Paixão, a Rede de Sementes e o programa Sementes da Fartura, respectivamente. Ano passado fomos ao Senegal, e uma agricultora levou sementes no avião! A semente tem um significado imenso para quem vive da terra. Os agricultores percebem as sementes comerciais como uma ameaça, especialmente aqueles que foram sensibilizados para a temática ambiental. Tem inclusive o medo da contaminação por sementes [artificiais] pelo ar” (CRUZ, 2019).

As práticas de produção agroecológicas não podem ser exaustivamente codificadas, pois são sempre específicas aos contextos. A agroecologia busca dar localidade à produção. Isso significa, por exemplo, valorizar as espécies adaptadas ao meio. No Semiárido, essa orientação se desdobra em, por exemplo, repensar o papel da pecuária bovina, que têm um alto consumo de água e contribui para a compactação e degradação dos solos; e

por outro lado buscar alternativas como a produção de caprinos e ovinos. Se desdobra também no uso de espécies adaptadas às condições hídricas, como as xerófilas⁷.

“Traziam vacas leiteiras da Holanda, e obrigavam o agricultor a tomar empréstimo para comprar esse gado. Chega aqui ela morre. Qual a raça que funciona aqui? A crioula. Criou-se uma mentalidade de que ter uma vaca é status. E essa mentalidade está até hoje. O cara não quer criar cabra, quer criar vaca. Mas quando ele vai começando a entender que a vaca custa mais e rende menos, ele vai para o criatório de cabra. O criatório básico do Semiárido é caprino e ovino. Mas tem também gado. Aí varia se o cara está mais ou menos perto da água” (BAPTISTA, 2019).

Figura 14 - Criação de caprinos com bomba de água popular, no sítio Larginha, em Ouricuri-PE.



Fonte: ASA (2021b)

A agroecologia também retoma a ideia de que a produção familiar é mais funcional quando se estrutura na sua forma camponesa, e não empresarial. A criação de uma base de recursos autônoma tem uma lógica econômica própria, que lhe confere resiliência, e maior funcionalidade do ponto de vista da produção de alimentos saudáveis e diversificados, e dos serviços ecossistêmicos. Concretamente, isso significa produzir com variedade, privilegiando economias de escopo, e não de escala. A diversificação é um seguro contra riscos de variações climáticas ou de preços, e também garante que a família e o território tenham uma fonte dos vários nutrientes necessários à alimentação humana.

⁷ O uso de espécies e técnicas adaptadas possui um longo histórico, como nota Silva (2006). Guimarães Duque, Celso Furtado e outros já propunham formas de aproveitamento da produção e das espécies adaptadas.

“A agricultura familiar é diferente. Ela não ganha tanto por unidade, mas sim pela combinação de produções. Economia de sinergia, de colaboração. A nossa pergunta é: “como dar escala a economias de escopo”? E como possibilitar que esse tipo de economia seja reconhecida e legitimada. Sistemas alimentares precisam ser sistemas de diversidade e não de especialização, porque a diversidade é como a natureza trabalha” (PETERSEN, 2021).

Outro elemento de resiliência fundamental para a Convivência são as práticas de estocagem:

“O Semiárido produz forrageira, capim, caule de milho, etc. Precisa guardar e não queimar, desperdiçar. Precisa criar a cultura do estoque. Dois elementos fundamentais, silagem e fenação (fabricar feno com os restos das plantas). Como na Europa é feito o alimento para os animais no inverno. Essa prática é milenar. Guardar a comida para as pessoas. Um dos problemas do Semiárido é que você produz, vende, depois compra por dez vezes o preço. Guardar e fazer estoque de animais resistentes ao Semiárido. Aqui se opõe a política de combate à seca” (Entrevista de Campo com BAPTISTA, 2019).

“Quando a família tem água de beber, quando você compara ela com a outra que não tem, é uma diferença enorme. Agora, quando você compara uma família que tem a primeira água, e outra família que tem a segunda água, a situação desta é infinitamente superior à da primeira” (Entrevista de Campo com BARBOSA, 2021).

Outro tema privilegiado é o acesso a mercados. Nesse aspecto, são particularmente salientes as questões ligadas à escala, uma vez que o produtor sozinho não possui poder de mercado nem consegue estruturar as relações de comercialização. Nesta situação, intermediadores podem se apropriar da maior parte do valor na cadeia. Na fala da ASA, no são fundamentais para a produção agroecológica políticas públicas de aquisição e distribuição, como são o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE e o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA; bem como a organização de cooperativas, feiras, comunidades que sustentam a agricultura, e outras formas de comercialização direta. Essas estruturas são sempre mercados enraizados e locais. Nesse sentido, a produção agroecológica é também um vetor que cria dietas saudáveis para os consumidores, que consomem produtos variados, saudáveis e livres de veneno.

Esses mercados locais, por sua vez, são culturalmente densos. Essas redes de comercialização não são meros instrumentos de troca mercantil. Feiras, comunidades que suportam a agricultura, práticas de turismo, e festivais são também momentos de interação cultural, que dialogam com a criação de uma narrativa positiva sobre o Semiárido.

Para a disseminação da agroecologia, seria necessário um esforço por parte de políticas públicas, em especial de crédito e de assistência técnica e extensão rural. No entanto, a ASA avalia que estas em geral não têm sido praticadas com a sustentabilidade e a autonomia dos produtores em mente. Algumas políticas teriam inclusive tido o efeito contrário, de induzir o produtor familiar a uma maior submissão aos mercados:

“O Pronaf nasce como programa de fortalecimento da agricultura familiar, [...] quando ele [Condraf] foi criado né, havia uma tese, de que a agricultura familiar brasileira poderia ser categorizada em três estratos, chamadas de “consolidada”, “em transição”

e “periférica”. Essa consolidada é o entendimento daquela agricultura familiar que está bem inserida nos mercados. A em transição é mais ou menos, ela tem uma chance de se consolidar, e a periférica é aquela empobrecida, aquela chamada de subsistência. Então, já havia por trás da tese criadora do Pronaf, a ideia que existia espécie de uma esteira rolante que está permanentemente rolando e empurrando gente para fora. E esses periféricos dificilmente teriam condição de sobreviver na economia de mercado. É essa parcela da agricultura familiar pobre, destituída de meios de produção, e que o Pronaf não seria dirigido para esses. Para estes, haveria política de distribuição de renda. O Pronaf é orientado para viabilizar os consolidados, e uma parcela dos em transição. Essa tese nos questionamos desde o início, porque essa tese seria aceitar que essa não é uma política de fortalecimento da agricultura familiar. Mas seria uma política de fortalecimento dos consolidados e de exclusão dos periféricos, né? E de fato, foi isso que aconteceu. Boa parte dessas políticas foram políticas que induziram a agricultura familiar a uma crescente dependência do mercado financeiro e dos insumos industriais, e é isso que a gente chama de descampesinação da agricultura familiar. Porque essa agricultura periférica, nessa lógica de mercado, da economia neoclássica, aplicada ao desenvolvimento rural, ela certamente não tem lugar. Mas essa não é a única economia, existem outras economias possíveis, e que é preciso fortalecer” (Entrevista de Campo com PETERSEN, 2021).

A questão da escala e a disseminação do modelo é um ponto nevrálgico do debate da agroecologia. Afinal, se o modelo agroecológico é viável e interessante para as famílias e como lógica de desenvolvimento regional, por que ele não tem uma adoção maior, e se torna o modelo dominante? Por que muitas experiências ficam restritas a um determinado território e não ganham mais escala? Ou ainda, uma pergunta frequente correlata: é possível estruturar um sistema agroalimentar com base na produção agroecológica, ou esta tem vocação para ser, no máximo, um nicho, sob risco de causar desabastecimento, aumento de preços ou fome?

No contexto do Brasil em geral e do Semiárido em particular, essas questões precisam ser entendidas principalmente a partir da ação estatal. Na avaliação da ASA, os recursos públicos que foram investidos em ações de fortalecimento dos produtores camponeses foram relativamente poucos, mas tiveram impactos mais significativos. Essa seria uma evidência de que esse tipo de produção é capaz de alavancar o orçamento público de forma mais potente. Se houvesse um investimento maior na pequena produção e uma regulação maior do agronegócio, a pequena produção seria capaz de mostrar suas vantagens competitivas.

“Você tem muitas famílias que têm até uma cisterna de beber, mas, assim, elas só têm isso, elas não têm nem lugar para colocar mais nada. Você tem uma situação de concentração de terra no Semiárido. [...] E as cisternas são uma ação barata. Digamos que essa ação [dos programas de cisternas no Semiárido] toda custou quatro bilhões. Quatro bilhões, então, você tem aí um outro semiárido. Então, se você consegue fazer uma lógica de investimento maior, e agora com água para a produção, com sementes, com apoio a feiras, com apoio, então isso muda. Então, inclusive se discutir, é possível acabar a fome no Semiárido? É possível, não é uma coisa impossível não” (Entrevista de Campo com BARBOSA, 2021).

A difusão da agroecologia teria também efeitos ambientais benéficos. A produção camponesa depende fundamentalmente da manutenção da qualidade produtiva da terra, que por sua vez implica na manutenção de um meio ambiente equilibrado. A criação de uma base de recursos autossustentada implica necessariamente manter a qualidade dos corpos hídricos, do solo, e da biodiversidade.

“A convivência com o Semiárido é uma perspectiva de integração da pessoa com a natureza, e da natureza com a pessoa. Quem está no centro não é mais o homem, mas a correlação entre as pessoas e os elementos de natureza. O que a convivência quer? Conservar a caatinga ou o cerrado. E que ampliar a caatinga, o cerrado. A gente fala de recaatingamento. O desmatamento está acabando. Quando você trabalha a cisterna e o P1+2, esse tema vem. E você precisa trabalhar esse tema, porque a caatinga você não pode jogar fora. Essa perspectiva leva você a conservar os rios, as águas, as plantas, não usar venenos, não armazenar com agrotóxico. Valorizar a geleia, a carne, o doce sem conservantes. E leva você a esse processo de integração com outras pessoas” (Entrevista de Campo com BAPTISTA, 2019).

A agroecologia tem o potencial para contribuir com a solução das mudanças climáticas. A pequena produção contribui com uma parcela relativamente pequena dos gases de efeito estufa, sendo que em alguns casos sua contribuição é negativa, ao fixar o carbono no solo. A agroecologia possui também vocação para criar mais resiliência às mudanças climáticas nos territórios. No Semiárido, a produção de estoques de insumos, sementes, animais e águas garante a manutenção da produção ao longo de ciclos de estiagem. Além disso, as práticas de fertilização natural do solo podem restaurar terras tornadas inférteis por práticas predatórias, reflorestar áreas desmatadas, e frear ou reverter a desertificação.

“Aqui no Semiárido a gente vê claramente que as famílias que estão no processo avançado de conversão para a agroecologia conseguem perfeitamente produzir bem alimentos, gerar renda e ter um outro olhar e um outro cuidado com o ambiente onde vivem e onde trabalham. Um exemplo recente foi a passagem da grande seca de 2011 a 2017, onde muitas famílias que não estavam no processo de conversão para a agroecologia tiveram impactos imensos nos seus agroecossistemas. Como os criadores de gado, que muitos venderam ou os animais morreram, ou transferiram para outra região, ou tiveram que reduzir para uma quantidade bem pequena e seus sistemas de pastagens ficaram totalmente falidos, sem nenhuma produção capaz de alimentar o mínimo de quantidade de animais possíveis. Isso foi uma prova concreta de que esses sistemas de monocultivos não ajudam a ter uma produção sustentável durante os tempos. Inclusive, também tenho visto que quem tem área de caatinga virgem e não degradada foi a salvação de muitos criadores, que os animais puderam encontrar algum alimento na caatinga mesmo com poucas chuvas, como aconteceu nesses sete anos” (PEDRO, 2018).

Conclusão

O destino dos pequenos produtores rurais do Sul Global é uma das maiores questões postas no atual momento. A trajetória futura das mudanças da produção e vida dessas populações será determinante para a conformação dos sistemas agroalimentares do planeta. E desta conformação dependem dinâmicas ambientais, sociais e econômicas de grande importância.

No plano ambiental, os sistemas agroalimentares são centrais para a preservação de ecossistemas e biomas, a manutenção da biodiversidade, a prevenção de epidemias e a garantia de boas dietas humanas. No plano econômico, sistemas agroalimentares robustos são vitais para conter o custo de vida, possibilitar o desenvolvimento dos demais setores, e diminuir a volatilidade da inflação. No plano social, a vitalidade dos sistemas agroalimentares é fundamental para resolver a pobreza rural e para manter viva a cultura dos territórios dedicados à agricultura.

Entretanto, o contexto atual revela a hegemonia de um modelo extrativo, nocivo a essas populações e seus territórios. É neste contexto que surgem movimentos sociais que buscam não só contestar politicamente as instituições que viabilizam esse modelo insustentável, mas também criar alternativas imediatas, que dotam aos pequenos produtores de maior autonomia na produção e na vida. Ao fazê-lo, estariam também criando bases mais sólidas e sustentáveis para os sistemas agroalimentares. O qualificador “camponês” vem justamente marcar as diferenças radicais que esses movimentos guardam com as noções ingênuas do progresso prometido, mas não entregue pela modernização hegemônica do campo e pelo agronegócio.

Analisamos o caso da ASA como exemplificativo dessas tendências. As cisternas, os instrumentos de produção e disseminação de conhecimento, a criação de organizações e coletivos, as práticas agroecológicas e políticas são instrumentos dentro de uma estratégia de emancipação econômica desse pequeno produtor.

Essa emancipação depende também de um novo imaginário sobre a região do Semiárido. A produção de um imaginário “orientalista” e desqualificadora sobre os territórios do Sul Global foi recorrente. Como diz Salles (2023) sobre a Amazônia, “É difícil compreender quando não se presta atenção. Prestar atenção é sempre o primeiro passo, só depois vem o encanto, o zelo, quem sabe o amor”. Revalorizar o bioma da Caatinga de uma terra árida para um lugar cheio de vida e possibilidades, torná-la digna desse zelo e amor, é a missão fundamental, de qual as cisternas e práticas de convivência todas dependem.

Resta saber a viabilidade e o alcance dessas estratégias de resistência e transformação. Wright (2010) argumenta que há enorme potencial em “utopias reais”, construções emancipatórias nas fissuras e interstícios não totalmente submetidos à lógica de mercadorização do capital. Elas podem crescer e chegar a transformar as formas de produção em grande escala no médio prazo. Fourcade (2011), por outro lado, acredita que essas estratégias têm pouca viabilidade enquanto não afetarem certos pontos nodais que mantêm a hegemonia neoliberal, como os regimes internacionais de comércio e finanças e a concentração corporativa. Neste sentido, persiste uma questão em aberto: até que ponto, e em que condições os movimentos camponeses são capazes de tornar mais viável a vida das populações rurais e mais sustentáveis os sistemas agroalimentares.

Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Anpocs; Unicamp: Hucitec, 1991.

ASA. **Mapa de Tecnologias Sociais**. 2021a. Disponível em: <<https://www.asabrasil.org.br/mapatecnologias/>>. Acesso em 12/10/2021.

ASA. **Acervo de Fotografias**. 2021b. Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/asabrasil/>>. Acesso em 12/10/2021.

AKRAM-LOHDI, H.; KAY, C. Surveying the agrarian question (part 1): unearthing foundations, exploring diversity. **The Journal of Peasant Studies**. v. 37, n. 1. p. 177-202. 2010a.

_____. Surveying the agrarian question (part 2): current debates and beyond. **The Journal of Peasant Studies**. v. 37, n.2. p. 255-284. 2010b.

AKRAM-LODHI, H. The ties that bind. **The Journal of Peasant Studies**. v.48, n.1. 2021.

ALTIERI, M.; ROSSET, P. **Agroecology: science and politics**. Fernwood Publishing. New York. 2017.

BAPTISTA, N. Entrevista concedida ao autor em 17/10/2019.

BARBOSA, A. Entrevista concedida ao autor em 18/11/2021.

BURZSTYN, M. **O poder dos donos. Planejamento e Clientelismo no Nordeste**. Rio de Janeiro: Vozes. 2008.

CRUZ, F. Entrevista concedida ao autor em 14/05/2019.

COCHRANE, W. **Farm prices, myths and reality**. University of Minnesota Press: Minneapolis. 1958.

DAVIS, M. **Late Victorian Holocausts**. London: Verso, 2001.

DELGADO, G. **A Questão Agrária no Brasil**. 2012. Disponível em <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/126539/mod_resource/content/2/Guilherme%20%20Delgado%20Quest%C3%A3o%20Agr%C3%A1ria.pdf>.

FAVARETO, A. Concepções de desenvolvimento e de intervenção pública no Brasil rural sob o governo Temer e além. **Raízes: Revista De Ciências Sociais e Econômicas**. v.37, n.2, p.7-26. 2017. Disponível em <<https://doi.org/10.37370/raizes.2017.v37.62>>.

FOURCADE, M. On Erik Olin Wright, Envisioning Real Utopias. **Socio-Economic Review**. v. 10. p. 369–402. 2011.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, p. 1-22. 2014.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.

HIRSCHMAN, A. O. **Getting ahead collectively: grassroots experiences in Latin America**. New York, Pergamon Press. 1984.

HOBBSBAWM, E. **Age of Extremes. the short twentieth century**. 1914-1991. London. Michael Joseph. 1994.

IAASTD. **Agriculture at a Crossroads: The Synthesis Report**. Washington, DC, USA: International Assessment of Agricultural Knowledge, Science and Technology for Development. 2009a. Disponível em <www.agassessment.org/>. Acesso em 14/07/2020.

IAASTD. **Agriculture at a Crossroads: The Global Report**. Washington, DC, USA: International Assessment of Agricultural Knowledge, Science and Technology for Development. 2009b. Disponível em <www.agassessment.org/>. Acesso em 14/07/2020.

IHU. **Adeus as secas com milhões de mortos**. 2017. Disponível em <<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/186-noticias-2017/563868-adeus-as-secas-com-milhoes-de-mortos>>

KAUTSKY, K. **The Agrarian Question**. Routledge. Oxford. 2021.

KAY, C. East Asia Success and Latin American Failure: agrarian reform, industrial policy and state capacity. In: **Political Conflict and Development**. East Asian and Latin American Experiences. Routledge. New York. 2006.

MENDRAS, H. **The Vanishing Peasant: innovation and change in french agriculture**. MIT Press. Cambridge. 1970.

MCMICHAEL, P. **Development and social change: a global perspective**. Los Angeles. Sage. 2015.

MOORE, J. **Capitalism in the web of life: ecology and the accumulation of capital**. London: Verso Press. 2015.

NASA, G. Apontamentos sobre a questão agrária no Brasil. **Revista Brasileira de Planejamento e Orçamento**. Brasília. v. 4 n.2, p. 183-206. 2014.

NEVES, R. Entrevista concedida ao autor em 03/09/2019.

OLIVEIRA, F. de. **A noiva da revolução/Elegia para uma re(li)gião**. São Paulo: Boitempo, 2008.

OWEN, W. F. The Double Developmental Squeeze on Agriculture. **American Economic Review**, LVI. Março de 1966, p. 43-70. 5.

PATNAIK, U. **The agrarian question in the neoliberal era. Primitive accumulation and the peasantry**. Pambazuka Press. Cape Town. 2011.

PALMEIRA, M. **Modernização, Estado e questão agrária**. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.3, n. 7, p. 87-108, 1989. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141989000300006&lng=en&nrm=iso>

PETERSEN, P. SILVEIRA, L. Agroecology, Public Policies and Labor-Driven Intensification: Alternative Development Trajectories in the Brazilian Semi-Arid Region. **Sustainability**, v. 9, p. 535, 2017.

PETERSEN, P. Agricultura familiar camponesa na construção do futuro (Introdução). **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**. Ed. especial. 2009.

_____. Entrevista de Campo. Concedida ao autor em 15/10/2021.

PLOEG, J.D Van der. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (Org). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

_____. Resistance of the third kind and the construction of sustainability. **Paper presented to ESRS Conference, Wageningen**, 23 of August, 2007. Disponível em: <www.jandouwewanderploeg.com>. Acesso em: 14/07/2020.

_____. From de-to repeasantization: The modernization of agriculture revisited. **Journal of Rural Studies**. Jul. 2018. Vol 61. P. 236-243.

_____. Theorizing Agri-Food Economies. **Agriculture**, v.30, n.6. 2016.

POMPEIA, C. **Formação política do agronegócio**. São Paulo. Editora Elefante. 2021.

RAHAL, L. Entrevista concedida ao autor em 16/09/2019.

ROSSET, M.; ALTIERI A., **Canada, Agroecology: Science and Politics**. Fernwood Publishing and Practical Action Publishing, 2017.

ROSSET, M. et al. The Campesino-to-Campesino agroecology movement in Cuba: social process methodology in the construction of sustainable peasant agriculture and food sovereignty. **The Journal of Peasant Studies**, v. 38. 2011.

SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil. Entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SALLES, J. M. **Arrabalde, em busca da Amazônia**. Companhia das Letras, São Paulo. 2023.

SANT'ANNA, S. Entrevista concedida ao autor em 28/11/2015.

SANTANA, V. Entrevista concedida ao autor em 25/09/2019.

SANTOS, T. Articulação no Semiárido brasileiro (ASA Brasil): **A convivência com o semiárido e a construção de um regionalismo de resistência**. Tese (Doutorado em Geografia Humana), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP) – São Paulo, 2015.

SCOTT, J. **Seeing Like a State. Why Certain Schemes to Improve Human Condition Have Failed**. New Haven/Londres: Yale University Press, 1998.

SCHATTUK, A.; HOLT-GIMENEZ, E.; PATEL, R. **Food Rebelions: Crises and the Hunger for Justice**. Fahamu Books. London. 2009.

SILVA, R. M. A. da. **Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento**. 2006. 298 f., il. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SIGAUD, L. **Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho**. Comunicação 9. Programa de pós-graduação em antropologia social, Museu Nacional – UFRJ, Rio de Janeiro, 1986.

STUDWELL, J. **How Asia Works: Success and Failure in the World's Most Dynamic Region**. 2013.

SUDENE. **Mapa do Semiárido Legal**. 2017. Disponível em <<https://www.gov.br/sudene/pt-br/assuntos/projetos-e-iniciativas/delimitacao-do-semiarido>>

VEIGA, J.E. **O Desenvolvimento Agrícola. Uma visão histórica**. Edusp. São Paulo. 2013.

WRIGHT, E. O. **Envisioning Real Utopias**. Verso: London. 2010.



Acesse:

<https://cebrapsustentabilidade.org/>



Acesse:

<https://inclusaoprodutivarural.cebrap.org.br/>